

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

ATA Nº 047

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ DOMINGOS FRAGA

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde!

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelas Comissões de Constituição, Justiça e Redação-CCJR e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária-CFAEO, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 250/2016, Mensagem nº 39/2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017-LDO e dá outras providências.

Convido para compor a mesa o Exmº Sr. Deputado Sebastião Rezende, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; o Dr. Arnaldo Justino da Silva, Promotor de Justiça, Secretário Geral do Gabinete do Ministério Público; o Sr. Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Secretário de Estado de Planejamento-SEPLAN; o representante do Secretário de Estado de Fazenda, Seneri Paludo, o Sr. Último Almeida de Oliveira; a Srª Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna, Secretária Adjunta de Orçamento da SEPLAN; o Exmº Sr. Djalma Sabo Mendes, Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença da Secretária Adjunta de Planejamento - SEPLAN, Carolina Karlinski - muito obrigado pela sua presença; da mesma forma o Secretário Executivo da SEPLAN, José Bussiki; da Srª Gisele Gugel, Superintendente de Orçamento da SEPLAN; do Sr. Joelson Matoso, Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas da SEGES; do Sr. Cipriano da Rosa Pazeto, Secretário de Agricultura e de Meio Ambiente do Município de Feliz Natal; da Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feliz Natal, Graciela Pazeto.

Agradecemos a presença dos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda; dos técnicos da SEPLAN; dos técnicos que compõem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, em nome do Nasser; e também da imprensa que está fazendo cobertura deste evento.

Antes de passar a palavra ao Secretário de Estado de Planejamento, eu passo a palavra ao Deputado Sebastião Rezende, meu amigo, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Muito obrigado, Deputado Zé Domingos Fraga.

Cumprimento Vossa Excelência, Deputado Zé Domingos Fraga; o nosso Secretário de Estado de Planejamento, Dr. Gustavo de Oliveira; o representante do Ministério Público, Promotor de Justiça Dr. Arnaldo; o Dr. Djalma, que é o nosso Defensor Geral, nossos cumprimentos; também a Secretária Adjunta de Planejamento, Dr^a Roberta; o Secretário Adjunto Último, como Vossa Excelência disse que é o primeiro, aqui representando a Secretária de Estado de Fazenda; todos os técnicos do Planejamento, também da Secretaria de Estado Fazenda e das demais Secretarias; os representantes dos Sindicatos e a população em geral que acompanha a nossa segunda Audiência Pública para discutir a LDO 2017, muito especialmente a Mensagem nº 39/2016; também a assessoria de fiscalização presente, que tem como coordenador o Nasser, e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação que está presente com um grupo de técnicos, advogados, representados pela Dr^a Waleska.

Eu quero dizer que em acordo com Vossa Excelência, Deputado Zé Domingos Fraga, nós decidimos receber as emendas dos Srs. Deputados e da Sr^a Deputada até o dia 24, segunda-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O Nasser e a Dr^a Waleska estarão trabalhando juntos, recebendo essas emendas, porque no dia 25 a Comissão de Constituição, Justiça e Redação fará a reunião, às 14h, e eu, inclusive, já conversei com Vossa Excelência, Deputado Zé Domingos Fraga, e se Vossa Excelência entender que é possível fazer a apreciação juntos, faremos juntos. Caso contrário, a CCJR estará apreciando essa a Mensagem nº 39/2016 com todas as emendas colocadas.

Hoje, acredito que, seguramente, se não estamos com 90 emendas estamos próximos, não sei... Noventa e duas emendas, o Deputado Zé Domingos Fraga está colocando mais uma ou duas. Então, já passamos de noventa emendas. Então, devemos passar de 90 emendas que serão apreciadas até o dia 24.

Na última Audiência Pública nós tivemos a oportunidade, aqui, de ter a presença de muitos membros do Fórum Sindical, inclusive, colocando as duas Comissões à disposição até para contribuição nesse sentido. A CCJR continua pronta para receber essas contribuições.

Já assumimos o compromisso, Deputado Zé Domingos Fraga, sendo necessário, de apresentar essas emendas, deixando claro que a Comissão de Constituição e Justiça analisa a constitucionalidade e juridicidade dessas emendas e, obviamente, talvez não consigamos aproveitá-las.

Já temos o compromisso do Secretário de Planejamento, desde esta terça-feira até a próxima terça-feira, para um esforço concentrado dos técnicos da Secretaria de Planejamento à disposição para dirimir qualquer dúvida e estar presente até a apreciação dessa matéria que é extremamente importante, imprescindível, para que possamos votar a LOA para 2017.

Quero dizer, Deputado Zé Domingos Fraga, da importância das emendas.

Lembro-me que o ano passado, Vossa Excelência sabe disso, fizemos um trabalho e apresentei uma emenda que dizia que para que a ordem de serviço fosse dada para a execução de qualquer edificação, Secretário Gustavo de Oliveira, seria obrigatória a apresentação dos projetos executivos.

Não podemos aceitar que obras sejam feitas sem um projeto executivo. Já sofremos muito, o Estado já sofreu muito com este tipo de atitude, obras sendo feitas com projeto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

básico, começa a obra e no meio do caminho que vão aparecendo os projetos. Quer dizer, isso é uma aberração, é algo que não se aceita.

Infelizmente a nossa emenda naquela oportunidade foi rejeitada. Disseram que não era cabível apresentar a emenda rejeitada na LDO, mas, para a minha alegria, Deputado Zé Domingos Fraga, agora a Secretaria de Planejamento traz a LDO já com essa exigência inserida e qualquer obra só pode ter ordem de serviço mediante um projeto executivo. A contribuição desta Casa.

Isso para todos, para a sociedade como um todo, é o óbvio, mas precisa estar inserido ali.

Então, citei isso apenas para demonstrar a importância das contribuições da sociedade civil organizada, dos parlamentares, enfim, de todos aqueles que querem contribuir com a Lei de Diretrizes Orçamentárias a apresentarem as suas sugestões.

O importante... Eu acredito que na nossa última Audiência Pública, a primeira foi na terça-feira, foi importante, e hoje estamos realizando a segunda e última Audiência Pública para tratar da LDO, mas já com vários pontos dirimidos acerca dessa mensagem 39/2016.

Então, Deputado Zé Domingos, apenas para fazer estas considerações e dizer que nós estamos com um esforço concentrado, as duas comissões, CCJR e Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, para que possamos ver até semana que vem nas nossas comissões aprovada essa matéria, já deixando em condições de ser apreciada em plenário.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Deputado Sebastião Rezende, que tem realmente contribuído muito para que possamos cumprir com o cronograma estabelecido por ambas as Comissões.

Eu até entendo a preocupação do nobre Deputado de nos fazermos as reuniões em conjunto, mas temos dificuldades, porque uma analisa a constitucionalidade e legalidade e nós terminamos analisando o mérito.

Então, em função disso, eu acho que não teremos condições, Deputado Sebastião Rezende, de trabalharmos as duas reuniões em conjunto, porque numa se analisa a legalidade, a constitucionalidade e nós vamos somente analisar o mérito da questão, mas aguardamos na terça-feira que Vossa Excelência se reúna e nós já marcamos na quarta-feira para que possamos trabalhar na LDO de uma vez por todas.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao eminente Secretário, não de adentrar, Secretário, na LDO propriamente dito, até porque já discutimos muito na reunião presidida de uma forma brilhante pelo eminente Deputado, mas falar um pouquinho, senhor Secretário, de algumas intervenções que foram feitas esta semana por mim e pelo Deputado Sebastião Resende, porque os Deputados, graças à Emenda Constitucional 69, têm uma participação, uma fatia pequena, de 1% da receita corrente líquida, no orçamento do exercício anterior, no orçamento de 2017, e Vossa Excelência já trouxe os números com os quais vamos participar, que é de 1% da receita corrente líquida, de uma receita corrente de 12 bilhões e 828 mil, sendo esse 1% 128 milhões 280 mil, que é a nossa participação dentro desse 1%.

Tivemos agora no transcorrer desse exercício alguns problemas para que as nossas emendas pudessem ser processadas, liquidadas e pagas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Então, estamos colocando, em conjunto com Deputado Sebastião Rezende, algumas intervenções que eu gostaria que Vossa Excelência, por ocasião dessas análises com as comissões competentes, até mesmo, caso as mesmas venham a ser aprovadas por ocasião de sancionar essa LDO, levar em consideração as intervenções feitas pelo senhores Deputados, dentre elas posso citar, Secretário Gustavo, alguns gargalos que estamos tendo e algumas questões que estão na LDO que estamos propondo alteração e gostaríamos de contar com o seu apoio.

Na LDO, não me recordo em qual artigo, diz que as emendas terão que estar procedas, liquidadas e pagas até 31 de março de 2017.

Em 31 de março de 2017 é bem provável que seja a data que estaremos abrindo o orçamento. Então, colocamos que tem que ser dentro do exercício financeiro de 2017, dentro do exercício financeiro, até para não perdemos as emendas.

Outra questão fala sobre a ordem técnica. São vários quesitos de ordem técnicas, mas a ordem técnica muitas vezes foge da vontade dos Deputados, muitas vezes uma ordem técnica de um prefeito que infelizmente é relapso, não tem acessória e, de repente, termina perdendo essa emenda.

Então, estamos fazendo emenda, em conjunto com Deputado Sebastião Rezende, para que a SEPLAN ou Secretaria finalística comunique o Deputado e o Deputado possa mudar para outra prefeitura, para outro ser beneficiário, dentro da mesma função ou subfunção, quando se tratar de recurso vinculado, para que possamos até transferir, remanejar para outra unidade orçamentária para que não venhamos a perder a nossa Emenda por incompetência de quem quer que seja.

Outra questão que levantamos aqui, Secretário, que gostaríamos de abordar, é a falta de uma programação financeira. Então, estamos colocando aqui que a Secretaria de Estado de Fazenda mensalmente fará uma programação financeira para que possa estar honrando essas transferências voluntárias através das emendas parlamentares.

Nós gostaríamos que essas emendas, que com certeza vão ser aprovadas, são legais, constitucionais, ao mesmo tempo atendem no mérito, principalmente os nossos méritos, os méritos dos Deputados, na sua plenitude, possam realmente ser acatadas, que se faça uma programação mensal para que de fato possamos fazer esse desembolso de acordo com os projetos que estão aptos para serem liquidados e pagos.

Tem outra questão da qual me recordo, que estou vivenciando agora, quando você faz uma transferência voluntária principalmente na área da cultura e principalmente na área do esporte. Na cultura não estamos tendo tantos problemas, mas na área do esporte, tem um Conselho, Deputado Sebastião Rezende, e tem que passar pelo Conselho. É emenda parlamentar, emenda parlamentar não precisaria passar pelo Conselho. Está passando pelo Conselho e o Conselho não se reúne e termina, muitas vezes... É evento, esporte e cultura é evento, termina complicando o evento de uma determinada entidade ou até de uma determinada Prefeitura, em função dessa dificuldade que os Conselhos têm para se reunirem aqui no Estado de Mato Grosso, e no País, e aqui na Assembleia Legislativa também não é diferente, temos nossas dificuldades para nos reunirmos e imagine que ganhamos para isso! Imagine os Conselhos, que são totalmente voluntários. Então, gostaria de dizer que quando se tratar de emenda, não está afeta à liberação de Conselho, é uma decisão de Secretário e acabou. Fizemos uma intervenção agora, essa semana, dessa natureza, em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

conjunto com Deputado Sebastião Rezende, e gostaríamos de ver essas emendas, não só aprovadas, mas acima de tudo, acatadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Além disso, têm outras emendas que foram contribuição minha, principalmente minha e do Deputado Sebastião Rezende, Deputado Oscar, Deputado Emanuel Pinheiro e dezenas de emendas que com certeza...

Deputado Sebastião Rezende com sua equipe para analisar não só a parte da legalidade, constitucionalidade, como também temos o prazer de analisar, até em conjunto, o mérito dessas emendas que são extremamente importantes para que possamos não só socializar, mas universalizar essa Lei importante para o planejamento orçamentário do Estado com toda a população mato-grossense por meio dos senhores Deputados.

Passo a palavra ao eminente Secretário, Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, para que ele possa falar sobre esta segunda Audiência Pública referente a nossa LDO.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Obrigado, nobres Deputados, colegas do dispositivo, vou me dispensar de nominá-los. Agradeço às equipes técnicas da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, aqui presentes, e à Audiência Pública em geral.

Deputado, apenas esclarecendo e comentando os pontos que o senhor levantou: primeiro, o prazo de 31 de março colocado na LDO foi para que as informações técnicas fossem apresentadas pelos Deputados, acerca das emendas; mas, podemos conversar sobre a flexibilização desse prazo, mas ele não pode ser muito extenso, senão teremos depois uma dificuldade técnica de realizar e efetivar aquela emenda no corrente ano.

Então, eu ia sugerir, se possível, que nós tivéssemos não mais do que duas ou três janelas ao longo do ano para que nós pudéssemos receber as informações técnicas dessas emendas, principalmente as mais complexas, têm algumas que são mais simples, como essas para eventos, para algumas coisas, mas outras são muito complexas, não é incomum que, às vezes, o Deputado aloque o recurso da emenda em um projeto que ele imagina que vai caber dentro daquele valor e depois que vai se detalhar aquilo, o projeto precisa de um recurso maior, não tem como complementar, aí fica aquela emenda vinculada, cinquenta, duzentos mil reais em um projeto que precisa de quinhentos, oitocentos mil reais, acaba não se realizando e frustra tanto o Deputado quanto o próprio Executivo, que não consegue concretizar aquilo.

Precisamos debater e estamos dispostos a fazer isso, busquemos um mecanismo para que possamos duas ou três vezes por ano checar a efetividade dessas emendas.

Concordo com o senhor que muitas vezes há uma frustração na aplicação dessas emendas, por responsabilidade de terceiros. Creio que nós também temos que debater mecanismos para isso, porque hoje me parece que muitos dos beneficiários das emendas deixam isso como se fosse já uma coisa garantida, não dão muita atenção e aí quando acordam com o fato de que perderão, isso gera um problema aqui para a Casa e, obviamente, para o Executivo que tem que se desdobrar. Eu penso que a oportunidade é agora, estamos abertos a sugestões, os senhores são conhecedores tão bem, como nós, desse mecanismo e eu acho que nós temos que garantir efetividade para que isso aconteça.

Quanto à programação financeira, penso temos uma dificuldade de fazer isso mensalmente, talvez pudéssemos fazer programações trimestrais. Como o senhor bem disse, o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

orçamento, apesar de abrir no começo do ano esse primeiro trimestre ele é necessário para as acomodações, eu penso que nós podíamos tentar trimestralmente, fazer essa programação da liberação das emendas, porque daí nós acompanhamos a performance da receita trimestralmente e essa vinculação de 1% da RCL, já transferida para os Deputados. É a sugestão que eu faria, podemos discutir com a equipe técnica para que possamos fazer.

Por último, a questão de não passar pelos Conselhos. Realmente eu acho complicado que apliquemos emendas, principalmente de vinculação constitucional sem passar pelos Conselhos. Eu penso que o que nós poderíamos é conseguir algum mecanismo para que o Presidente do Conselho que, via de regra, é o Secretário da pasta, possa homologar isso *ad referendum*, do Conselho, mas que possa depois passar pelo Conselho, porque é importante que o Conselho tenha ciência e controle da efetividade dessas emendas. Eu creio que não tem problemas, mas eu acho que passar pelo Conselho é complicado por uma questão de política pública, podendo pegar um mecanismo de aplicação *ad referendum* dessas emendas, se o Conselho não se reunir nos prazos que poderia se reunir. Se o Conselho se reunir, está suprido, delibero. Se não, o Presidente do Conselho fica autorizado a usar *ad referendum*.

Senhoras e senhores, nós vamos continuar a Audiência Pública, e a equipe técnica preparou uma apresentação sucinta sobre as prioridades previstas no Projeto para a LDO 2017. Basicamente estão distribuídas nas áreas de saúde, segurança, educação, o desenvolvimento urbano... O desenvolvimento dos Municípios é uma preocupação do Governador Pedro Taques neste Governo e a questão da infraestrutura. São cinco blocos de priorização que nós precisamos fazer.

Eu quero, antes de passar à Secretária Roberta, para que ela possa conduzir a apresentação, complementar um pouco no que foi dito na Audiência Pública de terça-feira.

Nosso entendimento que precisa ser um entendimento de toda sociedade que, neste momento de crise pelo qual o País passa... E chegou uma crise que chegou com muita força a Mato Grosso, isso é inquestionável. Alguns números de institutos renomados já apontam para uma possibilidade real de queda do PIB para o agronegócio no Estado de Mato Grosso. Não que o setor esteja produzindo menos, mas fato é que custo de produção cresce numa razão muito maior do que as receitas. Isso pressiona a contribuição do setor para o PIB, contribui menos para o PIB e talvez nós possamos ter uma participação menor da agropecuária no PIB em termos nominais em relação ao ano passado. Isso para Mato Grosso é o carro-chefe da economia. Creio que todos nós temos ciência disso, o carro-chefe da economia e acende mais ainda uma preocupação no cenário e nós precisamos compreender qual o papel do Poder público neste momento de crise.

Duas coisas me parecem inevitáveis. Eu estava agora no almoço com o Ministro Augusto Nardes, do TCU, e nós concordamos que se há um grande problema hoje na Nação brasileira, esse problema é a falta de liquidez dos Estados.

O Governo Federal, vencida a discussão sobre a PEC nº 241, sobre o congelamento dos gastos, precisa urgentemente disparar medidas que resolvam ainda que temporariamente o problema de liquidez dos Estados e soltar mecanismos para que os investimentos públicos, principalmente, voltem a acontecer. Isso é um fator real de reativação da economia. A retomada dos empregos, principalmente, nas áreas de construção pesada, construção civil acontece, primariamente, com investimentos públicos. Esses são os 02 grandes debates, então, a falta de liquidez dos Estados, 20 Estados já têm problemas sérios de liquidez.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O Secretário Último, que está nos acompanhando, tem acompanhado as reuniões do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária, esse número aumenta reunião a reunião e a falta de investimento, especificamente no Estado de Mato Grosso, há quase 02 anos nós não acessamos operações de créditos para investimentos em infraestrutura de maneira relevante. Isso faz com que um setor importante para geração de emprego da economia fique estagnado, entre em retração. E quando esse setor entra em retração e se desmobiliza... Todos nós sabemos a dificuldade que há para remobilização disso e reativação da economia.

O papel do Poder Público neste momento de crise me parece claro, precisamos ter 02 medidas fortes, anticíclicas econômicas, retomar a capacidade de investimento público e privado e resolver o problema de liquidez do conjunto dos Estados brasileiros.

Passarei a palavra para a Secretária Roberta, que irá de maneira sucinta expor a todos as prioridades na LDO e responder alguns dos questionamentos que foram feitos na Audiência Pública de terça-feira. Mas, o que realmente vamos ter que avançar no debate, principalmente nas discussões da LOA, é sobre os mecanismos de acompanhamentos da performance do Estado frente a crise que, parece-me, ainda não está próxima do fim, e quais são as políticas anticíclicas que o Poder Público Estadual e os municipais podem adotar neste momento para tentar reaquecer a economia. Esses são 02 pontos centrais de preocupação do governo neste momento.

Secretária Roberta, por favor, pode fazer a apresentação.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Boa tarde a todos; Deputados, autoridades; nossos colegas da SEPLAN; servidores da SEFAZ; e Sindicatos.

Hoje, apresentaremos as metas e prioridades da LDO. Na primeira Audiência Pública apresentamos os números em geral, o cenário fiscal e agora delimitaremos quais são as metas e prioridades que foram definidas. Isso é a principal característica da LDO: conter as metas e prioridades.

No primeiro ano de mandato, o Governador elabora o seu PPA, que contém as metas e prioridades daquele ano, do primeiro ano do PPA, nos outros anos as metas e prioridades vêm na LDO. Além disso, como foi dito na segunda-feira, na primeira Audiência Pública, a LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária, é um instrumento previsto na Constituição, um instrumento de planejamento, que tem a característica de fazer a ligação entre o PPA e o instrumento de curto prazo, que é o orçamento.

Então, para isso uma das alternativas seria prever as metas e prioridades. Ela, como já foi dito, estabelece a política de aplicação das agências de fomento, que no nosso caso é o MT Fomento; as alterações na legislação tributária; a despesa de pessoal, entre outras.

No art. 2, do nosso projeto de LDO, diz que as prioridades da Administração Pública Estadual terão precedência na alocação de recursos. Assim que garantidos os recursos para as despesas obrigatórias: que é Pessoal e Dívidas e as despesas essenciais para a manutenção da máquina, dos projetos, dos hospitais, das escolas, entre outros.

Depois disso, os projetos definidos como prioritários, eles têm prioridade na alocação de recurso, dentre os outros. A SEPLAN definiu alguns critérios para que as Secretarias pudessem definir suas prioridades, como critérios nós colocamos que é necessário priorizar as ações de Governo, tanto em relação ao número... Não adianta colocar 150, 200 ações prioritárias, de o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Governo ter um instrumento com 200 ações prioritárias, quem quer priorizar tudo, não prioriza nada, isso é sabido.

Temos que priorizar tanto em relação a número quanto a capacidade de realização, às vezes há a vontade de executar algum projeto, mas não há recurso humano suficiente, não há recurso orçamentário suficiente, isso tudo tem que ser analisado na hora de priorizar uma ação. Porque é muito desgastante, frustrante para a equipe que está executando, a equipe daquela Secretaria faz todo um esforço de planejamento e ao final vê que não conseguiu realizar por falta de equipamentos, de recursos, como falei: humanos, orçamentários e financeiros principalmente.

Temos que evitar a pulverização de ações e concentrar os recursos em ações capazes de conduzir resultados efetivos para as políticas. Temos que escolher, como podemos realizar todas as ações, aquelas que geram mais impactos para a sociedade e principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, que são as prioridades de Governo.

Considerar o cenário fiscal, receita e despesa. Não adianta definimos uma ação importante que teria um grande impacto para a sociedade, mas não termos recursos orçamentário-financeiros para realizá-la. E privilegiar ações setoriais com maior capacidade de financiamento. Também nesse cenário que vivemos com a escassez de recurso, temos que procurar outras fontes de financiamento daquela ação, convênios, financiamentos, parcerias. Então, isto também é importante: nós conseguirmos usar a força de trabalho das secretarias, utilizarmos menos o orçamento do Tesouro e conseguir outras fontes de financiamento.

Os órgãos setoriais envolvidos na seleção das prioridades identificaram quais seriam estas prioridades e quantificaram as metas para aquelas ações, dentro das orientações e dos critérios técnicos que foram definidos pela SEPLAN.

As orientações estratégicas do Governo voltadas para iniciativas que expressem os compromissos e os desafios a serem enfrentados no período do PPA 2016/2019 com vistas a... Estas foram as prioridades dentro destes objetivos estratégicos do planejamento do Governo: aumentar a segurança dos cidadãos, contribuindo para que o Estado de Mato Grosso se torne um lugar mais seguro para se viver; reduzir a morbimortalidade no Estado; universalizar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica; promover ações de desenvolvimento urbano; desenvolver a infraestrutura e logística no Estado.

Então todas as ações que foram definidas como prioridade têm alinhamento com esses objetivos estratégicos, seria para melhorar os resultados indicadores dentro destas áreas: segurança, saúde, educação, desenvolvimento urbano, infraestrutura e logística. Com as seguintes Secretarias: Segurança: SESP e o DETRAN, que também tem ação prioritária; Saúde, com o Fundo Estadual da Saúde, que executa as ações; Educação: SEDUC, SECID; Infraestrutura e Logística: SINFRA. Num total de 20 ações definidas como prioritárias para 2017.

O Eixo Viver Bem tem o objetivo estratégico de aumentar a segurança dos cidadãos, a Secretaria de Segurança Pública definiu estas ações: prestação de serviço e prevenção e atendimentos a sinistros e emergências pelo Corpo de Bombeiro Militar, com 150 mil atendimentos na área de cobertura realizados; realização de operações policiais na fronteira Oeste do Estado, com 80 operações policiais de fronteira realizadas; intensificação e manutenção das ações de inteligência, com 423 relatórios disponibilizados; intensificação das ações e operações integradas de prevenção e repressão qualificada em áreas críticas, com 13 mil operações realizadas; melhoria da infraestrutura

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

das unidades policiais da Polícia Judiciária Civil, com 45 unidades adequadas; melhoria da infraestrutura das unidades da POLITEC, com 3 unidades com infraestrutura implantadas; prevenção social da violência e criminalidade, com 19 mil e 240 pessoas atendidas; e modernização e ampliação da tecnologia da informação, com 50 unidades *help desk* disponibilizadas.

Saúde. Organização regionalizada da rede de atenção em saúde, com 26% da rede de atenção regionalizada organizada; e reestruturação da gestão de assistência farmacêutica, com 30% da ação descentralizada.

Educação. Com o objetivo estratégico de universalizar o atendimento e melhorar a qualidade, foram priorizados: adequação e manutenção da infraestrutura da educação, com 7 unidades com infraestrutura adequada; reestruturação da gestão pedagógica da educação básica, com 70% da gestão pedagógica da educação básica reestruturada; e desenvolvimento e manutenção da política estadual de formação continuada, com 70% dos professores capacitados.

Lembramos que essas ações foram definidas pela Secretaria. O papel da SEPLAN foi conferir o alinhamento com o planejamento estratégico; a pertinência com o PPA; e, num geral, os impactos com os objetivos estratégicos definidos.

No desenvolvimento urbano, no eixo cidades para viver bem, cujo objetivo é promover ações de desenvolvimento urbano, temos as seguintes ações: finalização das obras de mobilidade e infraestrutura urbana iniciadas para atender às demandas da Copa de 2014, com o percentual de 10% das obras executadas; apoio e execução de projetos, construções e reformas de obras públicas municipais, com 35 equipamentos públicos entregues; execução de habitação urbana e infraestrutura, com 1.151 casas construídas; apoio aos municípios na elaboração de planos municipais de saneamento básico, com 40% de planos elaborados.

Na infraestrutura logística, temos as ações: construção de obras de arte especiais e correntes, com 1.252,45 metros de obras construídas; pavimentação de rodovias, com 242 quilômetros de trechos pavimentados; pavimentação de rodovias de acesso a sedes municipais; com 152,05 quilômetros de trechos de ligação pavimentados.

Então são essas as metas e prioridades para 2017 divididas nestas Secretarias: Saúde, Educação, Segurança, SECID e SINFRA, que visam atender aqueles objetivos estratégicos que foram listados aqui dos eixos.

Agora vamos apresentar aquele quadro que apresentamos na primeira audiência pública...

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Só fazer uma ressalva.

Obviamente não estão contidos nessa apresentação todas as ações e todos os programas. Esses são alguns dos prioritários em que temos mais recursos alocados a princípio.

Todos sabemos que o planejamento é dinâmico. Ao longo do ano de 2017, temos já sinalizada, principalmente pelo Governo Federal, a possibilidade de abertura de algumas outras linhas de crédito que permitam aumentar o volume de investimentos. Isso está em negociação agora, principalmente com a Secretaria do Tesouro Nacional. Hoje o próprio Secretário de Fazenda está reunido com representantes de instituições financeiras que têm interesse em aportar recursos para o Estado de Mato Grosso.

Como os senhores devem ter visto, hoje, a União classificou 14 Estados ainda com um *rating*, uma classificação que lhes permite aportar operações de crédito “a” e “b”. Mato Grosso é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

um desses 14 Estados e, obviamente, aqui estão algumas prioridades. Os Secretários das áreas finalísticas estão à disposição para quaisquer questionamentos desta Casa ou que se possa vir a fazer durante esta Audiência Pública para detalhar um pouco mais os planos. Todos eles estão à disposição, Srs. Deputados, para prestar esses esclarecimentos, se necessário.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Então, na primeira Audiência Pública foi solicitado que abrissemos esse valor aqui.

Apresentamos esse quadro, que é uma obrigatoriedade inserida pela Lei de Responsabilidade Fiscal de apresentar a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, e foi solicitado que nós abrissemos este item: despesas de pessoal total, 710 milhões.

Deixarei para o Secretário fazer as considerações, mas nesses 710 milhões estão contidos: a RGA de 2016 de 603 milhões, sendo que, nessa observação, vemos que - como é sabido por todos - aquele último percentual de 3,92% está previsto para pagamento a partir de setembro, condicionado ao cumprimento do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, como foi colocado na lei; as leis de carreira que foram aprovadas e vêm sendo pagas todo ano, 70 milhões; e o crescimento vegetativo da folha, que são as progressões classe, progressões de nível e promoções de classe, 36 milhões. Tudo isso dá um total de 710 milhões.

No nosso caso, com o valor que temos e com a margem que temos para aumento de despesa, entre despesas obrigatórias, pessoal e dívida - aqueles 710 milhões foram detalhados no outro quadro -, sobraria uma margem ainda de 98 milhões. Isso é o que está posto no projeto da LDO de 2017.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Roberta, qual seria a RGA, que está embutida aí dentro, de 2017?

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - A de 2016, que está dentro já da margem de expansão, que é uma lei já aprovada e é obrigatório colocarmos, é de 603 milhões, 195 mil, 3 reais e 43 centavos.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Mas que saia daqui para lá, com data base de maio de 2017.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - É que 3,92% de 2016 tem impacto na de 2017, e aí vamos precisar, obviamente, em maio, nas discussões da RGA de 2017, acomodar isso dentro da margem.

Bom, Deputado, o que é fundamental dizer?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - 603 milhões.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Diante do cenário colocado, parece-me que três vetores de atuação são inevitáveis.

Primeiro, realmente, deve-se discutir com a sociedade como é possível ampliar as receitas do Estado de Mato Grosso para que o conjunto dos Poderes, mas também o Poder Executivo, possa ter margem.

Os senhores podem ver que os investimentos previstos na LDO advêm basicamente de operações de crédito. Se essas operações de crédito, realmente, acontecerem, precisaremos de mais recursos para poder pagar a dívida em que essas operações de crédito incorrem no futuro. Precisamos discutir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Já é um ponto de atenção sério, que a equipe da receita da Secretaria de Fazenda nos aponta há algum tempo, a base tributária do Estado de Mato Grosso, que é, como eu diria, estreita, fortemente calçada em combustível, telecomunicações e energia elétrica. Nós temos aqui uma das maiores alíquotas, senão a maior, de ICMS de energia elétrica do País. Isso faz com que a tarifa de energia seja muito cara. Com isso o desafio da industrialização é muito grande, porque os Estados vizinhos são mais competitivos com tarifas menores. Hoje Goiás baixou a sua tarifa de energia, então o empresário que neste momento está tomando uma decisão de investimento vê em Goiás uma queda da tarifa de energia, enquanto Mato Grosso continua com uma das mais altas do País. E infraestrutura não se discute. A infraestrutura em Goiás é mais evoluída do que aqui, estou pegando Goiás como exemplo, porque é um Estado vizinho que notoriamente compete muito com Mato Grosso em investimentos, mas nada disso garante também saúde financeira ao Estado de Goiás.

Então precisamos discutir. É intenção do Governo o encaminhamento, agora em novembro, ao Poder Legislativo, da proposta de reforma tributária para o Estado de Mato Grosso. Precisamos urgentemente ampliar essa base de arrecadação.

Ontem houve uma decisão muito dura aos Estados: a Justiça Federal decidiu que o modelo de antecipação tributária, de substituição tributária, está sujeito à compensação na saída. O que isso quer dizer? Uma das bases tributárias nossas, que é justamente a arrecadação na entrada dos produtos, e não na venda deles ao consumidor final, passa a sofrer critérios de compensação. Isso é muito perigoso, porque, num ambiente em que os descontos acontecem, as empresas terão direito a esses créditos. Isso gera um problema gigantesco na nossa base de arrecadação! É um ponto de atenção.

E a questão do PIB do agronegócio já dá algumas indicações de queda nesse momento, fazendo com que a decisão fácil de avançar com a base tributária em cima do setor possa comprometer ainda mais a sua *performance*. Nós temos que discutir e ter cuidado com isso, mas mais do que isso, o que precisamos é discutir como reativar a economia do Estado.

O desemprego é um drama real, 12% dos brasileiros já estão em situação técnica de desemprego. Se considerarmos que os que ainda estão empregados estão sofrendo achatamento salarial, isso é outro fato.

A empresa que tem quatro diretores está reduzindo para dois; a que tem seis gerentes está reduzindo para três; os postos de trabalho que restam são de remuneração menor. Isso é um fato inegável em toda a estrutura do País. Nós precisamos discutir como reativar a economia e rapidamente retomar o rumo do crescimento e dentro disso, discutir o projeto de Estado que queremos.

Deputado, permita-me sair um pouco do Secretário de Planejamento para falar o cidadão. Eu digo que “não tem vento favorável para quem não sabe onde quer ir”, como disse Sêneca, filósofo grego. Se vamos ter políticas de desenvolvimento do Estado, seja de verticalização e industrialização do agronegócio, seja de diversificação da nossa matriz econômica, explorando minérios, base florestal, tantos outros segmentos que queremos; precisamos entender rapidamente qual é o modelo, sermos agressivos nessa captação de investimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O mundo tem muita liquidez, tem mais de trinta e cinco bilhões de dólares no mundo de investimentos, disponíveis para bons projetos de investimento; o País recuperou a credibilidade e tem uma janela clara de oportunidades para que possamos fazer isso.

Temos que fazer ações de divulgação e atração de investimento para o Estado. Para isso, precisamos saber claramente, como sociedade, e dar segurança jurídica ao investidor, de qual modelo de desenvolvimento queremos. Para isso, também encaminharemos, ainda neste ano, à Assembleia Legislativa o projeto de um novo Programa de Incentivo Fiscal, o “Investe MT”, que prevê a política em desenvolvimento de cadeias, em algumas cadeias prioritárias.

Há alguns anos, eu - em outra posição, como diretor da Federação das Indústrias - tive a oportunidade de discutir com o senhor, algumas vezes, estratégias de desenvolvimento para o Estado, do PRODEIC, que era ferramenta existente até então e nós precisamos também intensificar esses debates.

Porque, sem isso, sem que o Estado, além de crescer economicamente, diversifique a sua matriz, nós podemos ter aqui, em um curto espaço de tempo, um fenômeno que já aconteceu em muitas economias que se calcaram principalmente na exportação dos produtos primários - que é uma economia forte, pujante - mas sem capacidade de investimento do Estado e, principalmente, sem emprego e renda para a população... E nós precisamos discutir isso de maneira avançada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.

Antes de adentrarmos a parte de debates, eu registro a presença do Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde; Gilcélio Lima, Presidente do Sindicato dos Profissionais do Meio Ambiente; Wanderson Nunes de Siqueira, Tenente-Coronel, Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar; James Rachid Jaudy, Presidente da Associação dos Analistas Reguladores da AGER, do Fórum Sindical-ASAGER; Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do Detran; Edmundo César Cícero Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio.

Quero dizer, Secretário, que realmente nós ficamos surpresos, Vossa Excelência até já esclareceu, o número de metas foi bastante reduzido, dentre elas na área da saúde, uma área que nos preocupa muito, até porque a saúde no Brasil está doente e no Estado de Mato Grosso não é diferente. E só há duas metas e duas metas bem aquém daquilo que nós gostaríamos que fosse, mas nós vamos interpelar os Secretários dessas pastas finalísticas para que possam comparecer nas comissões permanentes de cada área para esclarecerem, de uma forma muito mais detalhada, as metas estabelecidas para 2017.

Secretário, nós estamos aguardando ansiosos, até porque hoje existe uma insegurança jurídica muito grande por parte do empresariado brasileiro e mato-grossense para investir em Mato Grosso, por falta de uma ferramenta igual ao MT Investe, que Vossa Excelência acabou de dizer. Hoje, praticamente, não existe incentivo nenhum, só se ouve falar que cortou incentivo, não existe incentivo e isso nos preocupa.

Nós estamos ansiosos, eu estou doído que adentre logo nesta Casa o novo FETHAB, que era para ter adentrado. E que possamos, não só dar a legalidade a essa cobrança do novo FETHAB, mas acima de tudo compartilhar esse novo FETHAB com a área social, especificamente, na área da saúde, o que é extremamente importante, até porque o rombo na saúde

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

de ano para ano tem aumentado.

A outra questão que gostaríamos que chegasse aqui é a lei das taxas. Hoje, nós pagamos as mais altas taxas neste País e me parece que o INDEA já está com a lei pronta para ser encaminhada para cá, está na Casa Civil, e serão reduzidas, de forma bastante significativa, as taxas dos serviços prestados pelo INDEA.

É muito importante que elas adentrem e da mesma forma que possa ser da Sema, do Detran para que, de fato nós possamos alargar a base. Alargar a base não é criar novos impostos. É fazer com que realmente diminua a sonegação, que os carros deixem de ser emplacados em outros Estados, venham a ser emplacados no Estado de Mato Grosso. Nós não podemos aceitar, até porque há empresas prestadoras de serviços do Governo para os entes federados - dentre elas a Assembleia Legislativa - com as placas emplacadas todas em outros Estados. Não dá para aceitar, até porque os emplacamentos aqui são muito mais caros do que dos outros Estados.

Então, se nós revermos essa questão das taxas, com certeza, vamos aumentar a nossa arrecadação, além de diminuir um pouco a burocracia que existe nos órgãos, como no INTERMAT. No INTERMAT está difícil até de entrar. Parece que todo mundo é bandido, não só quem precisa do serviço do INTERMAT, até mesmo os próprios servidores do INTERMAT, parece que todo mundo é bandido. Você não consegue ter acesso, literalmente, às dependências do INTERMAT para conversar com um técnico sobre um problema seu. Então, nós temos que diminuir a burocracia.

Eu quero lembrar a todos que esta Audiência Pública está sendo transmitida direto, por meio de satélite, via *TV Assembleia*, e também que o nosso Cerimonial está aberto para receber a inscrição dos participantes. A participação tem que ser restrita ao tema LDO, e cada participante tem três minutos para fazer os seus questionamentos.

Vamos dar início a nossa fase de perguntas. Mas, antes, eu passo a palavra ao Secretário para que ele possa esclarecer...

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Só dois esclarecimentos.

Vossa Excelência falou primeiro sobre a questão da reforma tributária.

Hoje, conversamos com a Fundação Getúlio Vargas que está ultimando a minuta do projeto para ser encaminhado para debate nesta Casa de Leis, e a nossa expectativa é que tenhamos, no dia 07 de novembro, uma segunda-feira, essa minuta pronta já para debate. Pretendemos, além de encaminhar para esta Casa de Leis para debate, fazer uma conversa com os principais segmentos econômicos da sociedade, com a base de contribuintes, vamos chamar assim, impactada pela reforma, logo no começo de novembro.

Sobre o INTERMAT, Deputado, essa é uma preocupação do Governo. Realmente, a desestruturação do órgão é uma coisa que há muito tempo incomoda os mato-grossenses.

Na manhã de hoje houve uma reunião muito importante com a mesma equipe que está fazendo o projeto de desburocratização do licenciamento ambiental da SEMA, da Consultoria Falconi. E a pedido do Governador essa mesma equipe esteve, hoje, pela manhã inteira, em reunião no INTERMAT e está terminando um desenho para fazer uma proposta de trabalho no INTERMAT, visando a simplificação, a desburocratização sem precarização dos processos que estão ali. Tem um estoque muito grande de processos. Não é diferente do que o trabalho detectou na SEMA, na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

primeira etapa. Pretendemos buscar no mesmo molde do projeto da SEMA patrocinadores para esse projeto para que são seja custeado com recurso do Tesouro do Executivo.

Eu peço a Vossa Excelência que nos ajude, juntamente com a Assembleia Legislativa, para que possamos identificar fontes de captação de recurso para esse projeto. O projeto tem tido uma adesão muito boa na Secretaria de Meio Ambiente. Os próprios servidores têm entendido, compreendido e sido os primeiros parceiros do projeto para desburocratização. A nossa meta é ter prazos para que esses processos possam ter respostas. Se isso acontecesse no INTERMAT, hoje, o Governo arrecadaria muito mais com a legalização das áreas e o proprietário das áreas teria uma segurança jurídica grande sabendo que o processo cumpriu todos os trâmites e tem uma legalidade a contento.

Então, eu peço a Vossa Excelência, como um dos grandes engajados na causa, que nos ajude nessa proposta, tão logo ela seja aceita tecnicamente pelo Executivo, para que possamos captar, pois creio que possa ser uma grande solução para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Muito obrigado, Secretário.

Não só pode contar comigo, com o Deputado Sebastião Rezende, mas como com todos os Deputados que fazem parte deste Parlamento.

Estou dando início, propriamente dita, a nossa Audiência Pública oportunizando à plateia participar efetivamente da Audiência Pública.

Convido o Sr. Leonardo Cazoni de Castro, Agente Fiscal do INDEA, para fazer uso da palavra e que, em função desta Audiência Pública estar sendo gravada, use aquele microfone, dispondo de três minutos, e que a sua fala seja referente a nossa LDO.

O SR. LEONARDO CAZONI DE CASTRO - Boa tarde a todos!

O meu nome é Leonardo Cazoni. Sou Agente Fiscal de Defesa Agropecuária do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso-INDEA.

Sr. Presidente Deputado Zé Domingos Fraga, em seu nome cumprimento toda a mesa; Sr. Francisco Aurélio, Vice-Presidente do Sindicato do Sistema Agrícola, Agrário e Pecuário do Estado de Mato Grosso, em nome do qual eu cumprimento a todos aqui presentes.

Deputado Zé Domingos Fraga eu não vi aqui, foi questionamento dos colegas, já que uma vez, em 2016, foi uma grande discussão nesta Casa, contemplada a RGA 2016. Não vi contemplada. Vi parte da RGA deste ano que será paga, talvez, em 2017 na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas a previsão para a RGA 2017 não vi, salvo engano, contemplada nesses números aqui mostrados pela SEPLAN.

Gostaria de uma resposta com relação à RGA 2017.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Leonardo Cazoni.

Passo a palavra ao Secretário Gustavo de Oliveira ou à Secretária Adjunta Roberta Penna para responder ao representante do INDEA.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Obviamente a peça orçamentária não pode nascer desrespeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é uma restrição técnica existente para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Primeiro não sabemos como a receita vai se comportar em 2017. Temos um plano de ação para a ampliação da receita que pode acomodar um crescimento da despesa com pessoal. Em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

paralelo há algumas ações já sendo tomadas pela Secretaria de Gestão para que possamos rapidamente voltar à trajetória recomendada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Já que tudo indica que não conseguiremos atingir o patamar de 49% da RCL este ano o Governo já trabalha com o cenário de atingir, ao menos, 51%, talvez, 50% da RCL este ano.

Tudo isso ainda depende de alguns trabalhos técnicos que estão sendo feitos pela equipe da SEGES. O Secretário Adjunto Joelson Matoso está aqui nos acompanhando e anotando tudo isso, hoje, para que possamos, primeiramente, deliberar isto dentro do COGEP, porque esse é o grande fórum de discussão de quais são suas medidas; e algumas medidas contábeis.

Quanto a uma delas quero agradecer ao Defensor Público Geral, Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior, que já trouxe ao Executivo a posição de que em alguns estados a folha da Defensoria Pública não conta dentro do limite do Poder Executivo. Quero agradecer aqui, de público, ao Dr. Djalma, pois isso está permitindo alguns estudos técnicos para que possamos, também, levar esse limite para fora.

Então, muito embora pareça não estar inteiramente acomodada ali, a combinação de crescimento de receita e de medidas que permitam que a base de cálculo, hoje, existente que projeta esse estouro seja acomodada e algumas medidas como essa que eu citei de tirar o cálculo da folha da Defensoria de dentro do limite do Poder Executivo vão permitir que tenhamos uma margem maior. E efetivamente, à época da discussão da RGA, em maio, teremos que entender o quão distante estamos da trajetória.

E quero trazer outra possibilidade a todos.

Eu conversei, como disse, almocei, hoje, com o Ministro Nardes, e me parece que nesse cenário em que grande parte dos estados já não consegue acomodar as despesas com pessoal dentro do limite da LRF por um fator que foi uma inflação exagerada com um crescimento econômico baixo, a União já nesse cenário que se apresenta real para a maioria dos estados estuda, neste momento, possibilidades para que os estados possam durante um tempo ter um período maior ou um período de exceção para as penalidades da LRF.

Lembrando, Deputado, que se as medidas preconizadas pela LRF são muito duras para o conjunto dos servidores em geral, elas são, às vezes, desastrosas para algumas áreas da sociedade.

Peguemos Mato Grosso, por exemplo, debatemos isto na terça-feira: se nós começarmos a disparar essas medidas, um das primeiras seria ter que tomar a decisão de tirar os pouco mais de 3.500 profissionais notadamente na área da segurança que ingressasse no Governo no momento em que a segurança pública do País precisa de mais efetivos, de mais recursos, de mais ação. Então, parece-me, embora seja correta do ponto de vista fiscal, uma medida completamente destoante das necessidades da sociedade.

A União está, também, debatendo esta possibilidade dos estados terem mais limites emergencialmente durante esse período até que o País retome o crescimento econômico e a inflação volte para centro da meta. Vamos lembrar: a inflação está distante do centro da meta estabelecida pelo Governo Federal e isso não é de agora e o crescimento econômico está muito aquém das projeções razoáveis. Essa combinação é destrutiva. Nós precisamos achar mais espaço para que isso seja acomodado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Então, crescimento de receitas, medidas de revisão contábil para que possamos rever se esse limite está dentro das faixas, dentro do que a maioria dos estados atende, hoje, em consenso e medidas práticas para que possamos ter mais limites para acomodar são as respostas para que possamos ter não só a RGA 2017, mas diversas outras acomodações, como novos concursos e diversas medidas que são imprescindíveis, eu diria, mais do que necessárias para a sociedade mato-grossense.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário.

Com a palavra, o Sr. Edmundo Cesar, que dispõe de três minutos.

O SR. EDMUNDO CÉSAR CÍCERO LEITE - Boa tarde a todos os componentes da mesa; companheiros sindicalistas; pessoal do fórum sindical, demais colegas servidores e demais presentes.

Doutora Roberta, uma coisa que me causou muita estranheza, realmente, é essa minuta da LDO.

Nós tivemos no ano passado aquele grande embate, essa grande greve, que não era vontade nenhuma do servidor, mas, sim, vontade do Governo de irmos à rua para demonstrar a nossa satisfação.

Nós tivemos até um desentendimento, meu amigo José Bussiki, que até nos colocou bem claro que o culpado de não termos recebido a RGA 2016 foi o próprio servidor que não acompanhou o trâmite da LDO e da LOA por não estar contido dentro do projeto. Virou aquele imbróglio entre Executivo e Legislativo, para um eu mandei e o outro tirou.

Por que, Dr. Gustavo, os senhores já não preveem isso na... O senhor acabou de dizer que está ultrapassando a Lei de Responsabilidade, não sei o que... Mas isso está bem claro, meus companheiros, na Constituição brasileira. A RGA não concorre para esse estouro. A RGA não concorre, está bem claro, a não ser que todos os Advogados que acompanhamos sejam de outro País.

O que está escrito lá naquele artigo da Constituição, que nem lembro mais, que foi tão falado, não concorre para o estouro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há várias discussões aqui sobre o Imposto de Renda que é descontado do trabalhador de Mato Grosso, que não entra na receita. O pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda quer colocar na nossa cabeça que é apenas contábil. Não é contábil, é financeiro também. Tem o desconto da nossa Previdência que de certo ponto vira receita - vamos somando tudo isso; tem o excesso que é passado pelos Poderes, principalmente para a Assembleia Legislativa que foi pago no ano passado 140 milhões a mais. Isso aí se colocar no bolso dá exatamente 2%, quer dizer, nós já estaríamos com quarenta e nove. Então é uma coisa que procuramos entender, mas não achamos argumento.

Nós vamos continuar trabalhando nesse sentido aqui e espero que esteja contemplado nessa Lei de Diretrizes Orçamentária deste ano e da própria LOA esse índice para evitar mais uma vez o imbróglio que vai ter o ano que vem. Com certeza, o povo não vai aceitar ficar sem a RGA, porque o nosso salário está totalmente defasado.

Na Audiência Pública passada o senhor colocou que o comércio já sentiu isso claramente em apenas quatro meses, tiveram setores que perderam 20% das suas vendas. Então, isso tudo contribui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Nós vivemos num Estado, numa Capital, que é extremamente de serviço, e todo mundo vai perder com isso. O Estado tem que procurar adequar, sim, isso aqui.

A Lei de Responsabilidade diz: A RGA não concorre para o estouro do limite.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Edmundo, pela sua participação.

Com a palavra, o Secretário Gustavo Coelho de Oliveira

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom, Edmundo, de trás para frente, primeiro, sim, eu disse na terça-feira que o comércio já começa a sentir os efeitos. Nós temos estudos não só da própria SEPLAN, mas de alguns institutos econômicos que mostram claramente duas coisas: primeira, que a renda salarial, a massa salarial, o conjunto de massa salarial do setor privado em Mato Grosso está em queda, enquanto a massa salarial do setor público em Mato Grosso está em ascensão, acho que isso não é segredo para ninguém. Algumas categorias tiveram aumentos reais importantes nos últimos anos.

Eu, mais uma vez, repito: não quero jogar a culpa de crise nisso. Acho que essas leis foram aprovadas, isso está superado, mas se é verdade que o comércio está sentindo, as causas disso estão muito mais na redução salarial do setor privado no momento, na massa salarial privada. Isso não é a SEPLAN que diz, isso nós podemos debater números com o IBGE. Eu estava discutindo isso com técnicos do IBGE ontem: Como fazer? Onde estão essas reduções pontualmente? Em que setores? Em que segmentos? Por que o Poder Público tem que agir reativando empregos e distribuindo mais massa salarial?

Eles estão concentrados principalmente em construção, construção civil, construção pesada e no próprio comércio que perde empregos a uma velocidade muito grande nos últimos meses.

O setor público, neste momento, vai ter que disparar algumas medidas para abrir vagas de emprego, para recompor massa salarial, porque, senão, o desemprego cresce no Estado. O desemprego no setor do agronegócio acontece, mas numa velocidade muito menor, os três maiores setores, neste momento, construção civil, construção pesada e o próprio comércio e serviços, que é vítima dessa falta de distribuição.

Quanto à questão do limite dos 49%, eu queria que o Secretário Último falasse um pouco sobre isso, porque ao Governo Estadual cabe cumprir ou não a trajetória que é imposta pelos mecanismos legais e se não nos enquadrarmos à trajetória o Governo Estadual estará sujeito a sanções importantes.

Então, entenda que esse debate da RGA, contribui ou não contribui, precisa também ser aceito pelo Ministério da Fazenda, pelos técnicos federais para que possamos ter medidas.

De forma alguma o que vou dizer agora não é um plano do Governo, mas queria explicar a lógica para os senhores. Eu não quero que ninguém saia daqui dizendo que o Governo está estudando isso. Pelo amor de Deus, não é isso que estou dizendo! Mas imaginem se dermos RGA integral, ficarmos fora do limite dos 49% por qualquer limite, vem o Ministério da Fazenda e diz: “Olha, vou aplicar a penalidade. Dispare as medidas previstas na LRF.”. O aumento do conjunto dos servidores pela RGA pode gerar demissão de alguns.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Esse é um problema real que temos que debater com o próprio fórum sindical, porque o Estado não pode sofrer sanção, o gestor não quer sofrer sanção. Isso precisa ser negociado com a esfera federal. Do outro lado, todo mundo tem uma perspectiva legítima de reposição da inflação, é assim no setor privado, é assim no setor público, mas as consequências de cada uma das medidas podem ser desastrosas. Calcule fazer um concurso, atender a uma determinada categoria que precisa de reposição pessoal, isso extrapola o limite, vem o Governo Federal e impõe sanção ao Estado, que é um desastre!

Quero que o Secretário Último fale um pouco sobre isso, se puder.

Mas, de novo, eu digo isso: não está em estudo, não é um plano, mas temos que ter isso no cenário. É um risco real que precisamos debater com a sociedade.

Secretário Último, se o senhor puder falar um pouco das penalidades previstas na LRF e por que não podemos pensar em extrapolar esse limite.

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Sr. Secretário, Sr. Presidente desta Audiência Pública, colegas, boa tarde!

É do conhecimento da sociedade e do próprio Fórum esse debate que a Secretaria de Estado de Fazenda e o próprio Governo faz para se manter dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, não temos conseguido manter aquele limite de 49%, já extrapolou, na última apresentação estávamos em torno de cinquenta e alguma coisa por cento, já devemos estar batendo em 51%, e precisamos chegar aos 49%. O Estado tem feito esse enxugamento todo que fez.

Na Secretaria de Fazenda o pessoal tem trabalhado diuturnamente. Temos falado: não vai sair dessa crise sem melhorias na receita. Isso é fato para nós.

Outro fator que nos afronta é a crise econômica. Nós precisamos de tributo, precisamos aumentar essa arrecadação.

A União, para os senhores terem uma ideia, já temos uma frustração de repasse da União hoje está em torno de 322 milhões e estimamos chegar até o final do ano com 400 milhões de frustração em relação ao FPE e transferência de convênio; ainda, se o FEX, que está prometido, não sair, são mais 400 milhões, então, são praticamente 800 milhões de frustração da receita do Estado.

Embora na apresentação vocês viram que nós incrementamos, a receita própria nossa e esteja em torno de 2%, estava em 2%, 2,5% do orçado, é esse esforço que nós temos feito.

Agora, a explosão do limite da LRF é catastrófica, não só para o Estado, mas para a sociedade também.

Para os senhores terem uma ideia, cito as sanções que o Estado já começa a ter: o Estado tem dois projetos de financiamento de empréstimo junto ao STN para recolher o aval da União, que estamos aptos, que são 720 milhões para investimentos, vocês sabem que tem 470 milhões, que são para investimentos em pontes, porque no passado foram feitos investimentos em estradas e as pontes ficaram de fora e temos 270 milhões para financiamento de recuperação de rodovia. Esse é um dos primeiros que irá para o espaço, porque o Estado não vai conseguir mais ter acesso.

As limitações desse estouro, além dessa... O Estado fica vinculado, não pode contratar empréstimo, não pode pegar convênio da União. Praticamente inviabiliza financeiramente o Estado. Então, é fundamental para que o Estado se mantenha dentro desse limite de agora, nesse esforço todo que está sendo feito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Além das sanções pessoais do gestor, desde a Secretaria de Fazenda até o Governador, é crime de responsabilidade.

O principal é inviabilizar o Estado, porque não tem outra fonte para o Estado recuperar. Nós precisamos da receita.

Temos trabalhado nesse projeto da reforma tributária.

Quando apresentamos o Decreto nº 380, a princípio não é um aumento de tributo que o Estado quer fazer. Nós estamos pensando na simplificação, ampliação da base, onde todos pagam, uns vão pagar menos, os que não pagam vão passar a pagar. Isso nós estimamos que demos um *plus* no Estado, não só na arrecadação como também no movimento econômico, porque você começa a atrair as empresas para cá.

Aumento de tributo o Governador já disse que é o último veio que ele vai buscar. Porque o aumento de tributo não prejudica só o empresário, prejudica a sociedade, porque quem paga imposto é a sociedade.

Então, o que se tem feito?

O Estado tem feito os cortes, que são drásticos. Nós estamos limitando tudo. Onde pode ser cortado está sendo cortado.

É o que o Governo está apresentando: “Olha, o Estado está fazendo a sua parte. Nós já limitamos, já cortamos, agora vamos chamar a sociedade para contribuir.”

Como ele diz: a última opção que eu tenho é aumento de tributo.

Há alguns dias eu viajei com ele e disse: Governador, Vossa Excelência tem que pensar nisso. Ele falou: “É a última opção. Vamos correr atrás de tudo, porque o prejuízo é da sociedade. Somos nós que pagamos impostos.”

Voltando à questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, é o que o Secretário disse, a primeira regra que o Estado tem que fazer é ter que demitir, vamos dizer, comissionado.

Hoje se o Estado demitir todos os comissionados, o Governador deu um exemplo um dia desses, até os Secretários são todos comissionados, tem que ver que 75% dos comissionados no Estado hoje são de carreira, que recebem um percentual do DGA, vocês sabem disso. Se demitir, isso não dá menos de 5% de economia.

Qual era o segundo passo? Demitir os contratados não estáveis. Isso ele tem que fazer. Então, quais são os primeiros a serem demitidos? São os últimos que foram contratados, é o pessoal da segurança pública.

(ALGUÉM FALA FORA DA PLATEIA - INAUDÍVEL.)

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Os terceirizados são contratos que não fazem parte da despesa com a LRF. Então, prestadores de serviços não entram na conta da LRF.

Então, quais são as ações que têm que ser feitas?

O Secretário colocou que é possível colocar o RGA, pagar o que seria, como ele disse, eu vou pagar o RGA, como foi dito que ele pode não entrar, mas eu tenho que tomar as outras ações que são as demissões.

Então, o que poderia causar isso? Como o Secretário disse: “vamos dar aumento para alguns, que vão ficar ganhando bem, e vamos demitir uma grande massa, porque a conta tem que ser aquela”. Posso dar aumento, dou aumento, mas aí eu tenho que demitir, e demitir dessas áreas extremamente importantes, e estamos passando uma dificuldade extrema com segurança.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Sabe-se hoje não está tendo roubo, nem assalto, os bandidos estão tomando as nossas coisas nas ruas! Tomando na rua! No mercado.

Um vizinho meu estava esperando a esposa, ela saiu do mercado, eles vieram - vocês devem ter sabido, um oficial de Justiça que foi baleado na porta do mercado - e é a quinta vez que acontece! Então, é o primeiro a ser afetado.

Nesse ponto, o que esse governador tem colocado desde a discussão da RGA, eu participei da câmara da discussão da RGA na época, o governador chegava lá todos os dias e falava: “Eu quero dar a RGA. Eu quero dar. Vocês me ajudem.”. Fazíamos conta, fazíamos conta, fazíamos conta, o que chegou nessa conta do 7,56%, que foi no... Eu até brincava com o governador, falava: agora eu tenho que ir embora da reunião porque vou ter que ir lá arrumar dinheiro para pagar isso. Não tem. O governo não tem máquina de fazer dinheiro, ele terá que ir buscar na sociedade. Aí você vai à sociedade, é outro enfrentamento. A sociedade, o empresariado paga imposto, sou eu que irei pagar. Então, irei pagar mais imposto, irei receber, pagar mais imposto e já volto aqui.

Então, nesse sentido, Secretário, em relação a essa permanência no limite ainda temos um esforço muito grande para ser feito daqui para o final do ano. Nós estamos em 51%, temos que chegar ao final do ano com 49% e temos um prazo depois de fechado o trimestre para adequar isso.

Vocês veem o cenário nacional não é fácil, mas estamos trabalhando nisso fortemente.

(O SR. EDMUNDO CÉSAR CÍCERO LEITE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL).

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Eu já vi ele amplamente discutido, como se diz que ele lá não afeta...

(O SR. EDMUNDO CÉSAR CÍCERO LEITE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL).

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Ao meu ver, ao meu ver, ele entra na folha de pagamento e contribui para estourar o limite.

(O SR. EDMUNDO CÉSAR CÍCERO LEITE FALA DA PLATEIA - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Último, muito obrigado pela sua participação.

Quero registrar a presença da Diane Dias, Presidente do SINTAP.

Seja bem-vinda, minha querida!

Também registro a presença do Antônio Wagner de Oliveira, Coordenador Geral da Central do Sindicato Brasileiro.

Olha, rapaz! Quem é ele aqui? Fala um pouquinho desse sindicato para nós.

(O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA FAZ UMA PEQUENA EXPLANAÇÃO SOBRE O SINDICATO FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Que beleza, parabéns!

Dando continuidade...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA FALA FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Bem representado. Muito bem servido, vamos convidar aqui a Daiane Renner, Presidente do DETRAN, vamos por os outros para falar para quem sabe o Oscarlino vá embora e não participe do debate aqui. Vamos por os outros

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

para falar... (RISOS). Oscarlino vai ser o próximo. Daiane Renner está com a palavra, três minutos, vamos nos a ter a nossa LDO.

A SR^a DAIANE RENNER - Boa tarde a todos os componentes da mesa, a todos os participantes.

Bom, temos que ser breves, mas é importante ressaltar que nas metas e prioridades para a área de segurança pública, o DETRAN se configura junto com a Secretaria, mas pelo visto, mais uma vez, somente no financiamento das ações, por meio dos desvios de finalidade das taxas do DETRAN.

Um desvio inconstitucional que é praticado pelo Estado desde 2010 que permanece neste Governo. Não vemos, mais uma vez, o DETRAN figurando nas prioridades, principalmente no que diz respeito à nomeação dos aprovados no concurso público realizado pelo Governo o ano passado e que inclusive tem vencimento no ano que vem.

Ano que vem vai vencer a validade do nosso concurso público que foi realizado com 489 vagas e até o momento o Governo do Estado nomeou apenas 50 aprovados no concurso. Quero saber! A nossa categoria exige uma resposta do Governo com relação à nomeação dos aprovados no concurso em 2017, já que temos um acordo fechado com o Governo do Estado que já foi descumprido este ano.

O Governo deveria ter nomeado em setembro, pelo menos, 100 aprovados e não cumpriu como vem descumprindo todos os acordos que realizou com a categoria e com as demais categorias também.

Que a Assembleia Legislativa se posicione em relação a isto porque quando estivemos em greve no ano passado, esta Casa e os Srs. Deputados lembram-se bem, participou da negociação de encerramento de greve, comprometeu-se, também fez parte desse acordo firmado com o Governo do Estado e reivindicamos que neste percentual previsto para o incremento da folha de pagamento também o Governo dê uma resposta com relação à nomeação dos aprovados.

Agora quanto ao RGA, queremos deixar bem claro que ninguém está pedindo, ninguém está mendigando o nosso direito da Recomposição Geral Anual do ano que vem, é um direito constitucional, está fora sim, dos limites de gasto com o pessoal e sabemos disso, já está comprovado e o Governo do Estado está anunciando aqui publicamente, para todos, o calote da RGA dos servidores públicos o ano que vem, como já realizou neste ano.

A previsão para a LDO 2017 é de greve geral do funcionalismo público de Mato Grosso, mais uma vez... (PALMAS)

Isto é uma irresponsabilidade com toda a população do Estado de Mato Grosso, é uma vergonha colocar a população mais uma vez diante de uma certeza de paralisação dos serviços públicos do nosso Estado pela irresponsabilidade do Governo.

A RGA tem sim que estar prevista no orçamento do ano que vem, de maneira integral conforme determina a legislação e os servidores públicos não vão simplesmente aceitar que o governo cometa este absurdo, esta atrocidade mais uma vez.

O que nós queremos é que o Governo faça um planejamento, um orçamento que garanta a expansão com qualidade dos serviços públicos no nosso Estado e isto passa também pela valorização do servidor e por condições básicas de atendimento.

Obrigada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado Daiane. Passo a palavra primeiro ao Secretário.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Primeiro agradeço a Daiane porque nós concordamos em dois pontos. Primeiro, quando dizemos que o RGA não contribui com limite, nós estamos reconhecendo que o limite está estourado, isto é um fato e logo há um impedimento sim de chamamento de novos servidores, nós temos que resolver o problema do limite e isto antecede a possibilidade de contratação de novos servidores, mesmo que aprovados em concurso.

Não é um problema exclusivo do DETRAN, nós temos áreas importantes do Governo precisando de reposição do quadro, nós temos diversos concursos em andamento, em vias de começar, servidores em áreas estratégicas do governo se aposentando, às vezes se desligando. Os problemas crônicos, Procuradoria-Geral do Estado e tantas outras carreiras que precisam de reposição, mas é fato que precisamos nos enquadrar no limite.

Bom, este Governo não pretende dar calote, isso não foi a expressão que eu usei, você tem todo direito de usar a tribuna e fazer as suas observações, mas eu não vim aqui para falar de dar calote em servidores, isto não é política. O que nós precisamos é discutir meios de garantir o RGA dentro dos limites. Eu disse claramente aqui, trabalhamos com mudança na estrutura de cálculo com pessoal, trabalhamos com a possibilidade de aumento de receita e principalmente com a possibilidade real que se apresenta da União excepcionalizar, durante algum período, por causa da crise, as punições aos Estados durante este período.

Mais do que isto, obviamente, eu disse aqui no começo, talvez isto não tenha ficado claro, eu vou repetir, não são todas as ações que estão ali, são algumas, mas se olhar especificamente neste quadro de política, nós temos ali citado DETRAN de maneira clara. Pode não estar citado nas ações, mas ele está sim acomodado dentro das estratégias de segurança, o Secretário de Segurança pode, como disse o Presidente, apresentar aqui na Comissão Temática Permanente, todas as estruturas de segurança do Estado a disposição para fazer esse debate.

À SEPLAN cabe respeitar técnica orçamentária. O que nós precisamos é debater como? Dentro da técnica orçamentária, garantir direitos dos servidores, necessidades reais de reposição de quadros do Estado e até ampliação de quadros do Estado em algumas áreas. É esse o drama da equipe econômica nesse momento, o drama do setor pessoal, o drama de mais de vinte Estados no Brasil.

Eu disse na audiência de terça-feira e repito, estamos abertos a todas sugestões possíveis, se o fórum sindical, se cada um do sindicato tem sugestões de como fazer isso, por favor, estamos abertos a essas sugestões, estamos trabalhando vetores, podemos trabalhar em mais, não vamos de forma alguma fugir disso.

Mas, Presidente, desculpe-me, eu insisto, eu não vim aqui para defender calote ao servidor, eu não vim aqui para esconder qualquer informação, nós viemos aqui para esclarecer, e o principal esclarecimento é estamos acima do limite de 49%, precisamos resolver esse problema. Para resolver um problema que não é do servidor, é de toda a sociedade, é a sociedade que sofre quando o Governo não tem quadros para fazer frente ao atendimento ao público.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Secretário. Dr. Djalma participa, nunca faltou a uma Audiência Pública, nós estamos doidos para ver ele falar, mas não é fácil ver esse homem falar. Gilmar Mendes fala por ele.

Vamos convidar Oscarlino Alves, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, tem três minutos para se ater ao assunto. Não é Oscarlino Alves é Oscarlino Caceteira. (RISOS)

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - A chuva quase que não deixou nós virmos, mas fizemos uma força, gostaria de cumprimentar a Mesa, os integrante da Mesa, isso aqui é uma discussão saudável, quero cumprimentar o Presidente em nome dos Parlamentares presentes, Deputado Sebastião Rezende, Deputado Zé Domingos Fraga, Secretário de Planejamento, Secretária Adjunta, o representante do Ministério Público, representante do Tesouro, representante da Defensoria.

E dizer, já em tom de crítica, que é um grande avanço. Nós temos frequentado todas as Audiências Públicas aqui e estavam ausentes os integrantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, mas nós não vemos ainda presente na mesa o grande beneficiário dessa injustiça da distribuição da receita fiscal do Estado, que é o Tribunal de Justiça, que goza de várias regalias de sobra de caixa de mais de meio bilhão de reais a cada quadrimestre, quando se apura as contas do Estado.

E outra crítica, Deputado, que antes do Fórum Sindical se consolidar, que é uma política também de construção... Porque o Fórum Sindical não é uma entidade, é um espaço de debate na qual os presidentes, que são eleitos de forma cíclica nos sindicatos, sentam para discutir as situações e começamos a nos politizarmos, a nos conscientizarmos das injustiças, das situações que tanto nos afligem, e aí nós vimos para esta Casa de Leis discutir.

Antigamente nós víamos verba da Casa de Leis em propaganda na televisão convidando a sociedade para participar desse debate aqui na Assembleia Legislativa, nas Audiências Públicas, tratando do interesse da sociedade. Porque a partir deste momento aqui que começa a desencadear todas as ações, todas as políticas públicas, que dependem deste debate, desta discussão madura, responsável, de forma respeitosa com a sociedade, com os entes da sociedade civil organizada para que não enfrentemos, por exemplo, o que nós viemos enfrentando há anos, 14 anos sem concurso público na saúde, 02 anos já graças a esse governo que se instalou e não fez o concurso público na saúde, sucateamento, precarização das relações de trabalho, a máquina da saúde pública totalmente sucateada, totalmente. O trabalhador virou usuário do sistema.

Nós somos para atender os servidores públicos da saúde, a nossa missão, os nossos atributos são: atender, curar, salvar vidas, reabilitar, terapias, cuidar das cirurgias, zelar pela vida das pessoas. Nós estamos virando reféns dessa situação.

Eu diria que a discussão do jeito que ela está sendo feita de forma muito abstrata... Nós precisamos, sim, nas Audiências Públicas esmiuçar mais essas situações, porque nós temos algumas vertentes que se nós não discutirmos de forma ampliada dentro da Casa juntamente com os Deputados... Porque os senhores são fiscais do povo, os senhores não têm cargo de confiança, os senhores não são passageiros, os senhores são eleitos pelo voto popular, assim como nós presidentes de sindicatos. Temos que dar uma resposta para a sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

As pessoas estão morrendo! As políticas públicas deixaram de ser efetivadas. Existe uma injustiça que precisa ser dirimida. É inconcebível termos uma fala, por meio de uma propaganda “massificante”, na qual o servidor público do Estado de Mato Grosso se tornou o grande vilão da história, e não dos outros Poderes, só do Poder Executivo. Como se a nossa folha de pagamento fosse o grande vilão da história, só que na hora que esmiuçamos a situação, que aprofundamos, vemos situações do tipo... Já vimos uma agora, essa semana, um decreto orçamentário do Governo suplementando a verba de propaganda em mais de quase 02 milhões de reais.

Se não tem dinheiro, se estamos em crise, como é que vamos suplementar a conta do Governo para gastar mais com propaganda, com obras que nem se realizaram ainda, para falarem mal da greve dos professores, para falarem mal da nossa RGA? Por que gastar 70 milhões de reais em propaganda? Precisamos fazer esse exame de consciência, chamar a sociedade aqui para a Casa para que possamos discutir de forma madura e achar as soluções.

Não é esticar a corda! Não queremos esticar a corda, apedrejar e jogar pedra na vitraça. Porque o Governador estava certo quando falou da RGA, nós nos reunimos mais de 102 vezes, mas não foi para falar de RGA, nos reunimos várias vezes para pedir condições de trabalho, para falar de concurso público, para assinar acordo com o Governo e até ser malhado pelos nossos colegas, porque o sindicato não é para fazer acordo com o Governo.

Assinamos acordo e já judicializamos a demanda porque o Governo não cumpriu uma premissa sequer daquele acordo. O Governo que está instalado não comprou uma cadeira para um trabalhador. Estamos sentados no meio da sucata, enquanto aqui na Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça, na Defensoria Pública, no Ministério Público vemos o total conforto. E é mérito! Tem sim que proporcionar conforto e condições dignas de trabalho para os servidores públicos trabalharem, produzirem e darem resposta para a sociedade, porque quem paga nosso salário são os contribuintes e nós somos contribuintes também.

O que vemos? Não vemos boa vontade de soluções e vou desmistificar uma situação: a Lei de Responsabilidade Fiscal, embora diga a divisão dos percentuais constitucionais de gastos com pessoal, 49% é do Executivo, mas 11% é dos outros Poderes... Os outros Poderes estão abaixo dos 11%. Isso não é fazer a lição de casa! Fazer a lição de casa com dinheiro, até eu faço! Sobra dinheiro nos Poderes, sobra margem de manobra para se pagar URV de todos os trabalhadores dos Poderes, se paga RGA 100% e adiantado. O Ministério Público pagou em janeiro a RGA dos seus servidores. Isso é mérito. Mas com dinheiro, até nós! URV e até verbas indenizatórias que chegam a duplicar o valor dos salários dos atores públicos.

O que eu quero desmistificar é o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal, lá nos artigos 19 e 20, diz que o gasto de pessoal do Estado – que não é só o Poder Executivo, o Estado é os Poderes mais o Poder Executivo – é de 60%. Sabem por que o Governo está lá entre os 14 Estados que podem contrair empréstimos, que têm crédito, que têm um bom ranqueamento como bom pagador das contas? Porque hoje nós estamos em um patamar de 59%, com todos os gastos, pagando URV, pagando RGA de todos os Poderes, menos os nossos.

Hoje, o Estado de Mato Grosso está com um percentual abaixo dos 60%, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal fala na soma do gasto de pessoal com os Poderes. É por isso que nós temos margem para poder atender. Agora ninguém fala e quando fala só de boca, não conseguiram

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

provar para nós que estamos sempre pagando a conta do Executivo. Nós estamos pagando aposentados e pensionistas da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça. Provem para nós que isso não está impactando a Fonte 100, que é aquela do gasto com pessoal, que nós vamos sossegar um pouco. Nós estamos pagando a conta! Está onerado!

Essa conta para chegar a 50,57%, que é o número que nos apresentam... Nós já sentamos com alguns colegas lá, que dizem para nós que os dados vão prontos, eles recebem uma carga de dados das Secretarias e as consolidam. Nós queremos que auditem essas contas com gasto de pessoal! Não está sendo feito auditoria nessas contas, nós recebemos dados prontos que são consolidados e com isso chega a 50,57%.

Outra situação que não vemos e falamos com propriedade de causa, porque é o próprio Governo que apresenta, se você pegar e ir em contraponto ao Secretário... Nós estivemos nas Audiências Públicas ano passado, e foi só uma para falar da LDO, e havia previsão nela, sim, de 7,36% para a RGA, prevista no INPC e extrapolava os valores que estavam previstos no orçamento do ano de 2016. Na verdade é uma combinação que é feita entre os atores públicos, um acordo político entre... Para poder fazer as reformas, para poder fazer os ajustes fiscais para essa conta caber. Salário é prioridade. Está gastando com propaganda e atrasando o nosso salário. A prioridade é pagar nosso salário, para produzirmos e dar condições de trabalho.

Estivemos aqui nas Audiências Públicas e, pasmem, queremos saber, esmiuçar para podermos discutir com os entes renúncia fiscal. Queremos saber qual a definição e qual a diferença de renúncia fiscal para incentivo fiscal. Porque temos nos relatórios da LDO para 2016, do ano passado e projetada para os anos seguintes, que a renúncia fiscal não ultrapassaria 1 bilhão e 400 milhões, mas a renúncia fiscal para o ano que vem é 2 bilhões e 400 milhões. Aumentou um bilhão!

Então quando acontecerão incrementos de receita para executar as políticas públicas, criar condições de trabalho, fazer concurso público, comprar equipamentos, novas tecnologias, mobiliário e pagar nosso salário em dia? Quando isso vai acontecer?

E sabem o que é inconcebível? Numa época de crise, os Poderes terem... Pela Constituição, os duodécimos que estão previstos para repassar aos Poderes é de 11% da receita líquida corrente. Ou seja, se os Poderes estão abaixo de 11%, na casa dos 9%, têm 2% de margem de manobra que poderiam estar auxiliando o Executivo.

Sabe quanto os Poderes têm para gastar com o custeio da máquina? E são instituições muito menores do que o Poder Executivo. Eu diria que são 10% do nosso tamanho, e nós executamos políticas públicas. Quase um bilhão de reais é para pagar a folha de pagamento e quase um bilhão de reais é para gastar! Resultado disso: na porta da Assembleia Legislativa tem ambulância comprada pela Assembleia Legislativa para atender a saúde pública do Estado de Mato Grosso, com adesivo da Assembleia Legislativa, com adesivo do SUS e com adesivo do Governo do Estado de Mato Grosso. Isso não é transformar. Transformar é de forma diferente: é ter responsabilidade; é, neste momento de crise, atender todos de forma igualitária; e é ter responsabilidade de sentar com os entes. Nós não somos inimigos do Governo! Porque só louco para dizer que quer que o Governo não dê certo. Ele estaria dando um tiro no pé.

Eu quero que o Governo dê certo e quero que o Governo tenha soluções. Nós temos apresentado soluções ao Governo. Mas é inconcebível o que vemos: tudo que produzimos à custa do grande uso do solo do Estado de Mato Grosso, que é a grande riqueza do Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Grosso, porque nosso Estado é pouco industrializado - quem tem indústria aqui tem incentivo fiscal para atuar -, 80% dessa produção vão com 0% de ICMS! O que retorna para nós é a situação que nos tornou reféns do Fundo de Compensação do FEX, que não resolve o problema do Estado de Mato Grosso. O Governador fica sempre de pires na mão, quando vai pedir que o Governo Federal pague em dia o FEX. Isso não resolve o problema. Resolve o problema os entes contribuírem mais neste momento de crise. Eles precisam contribuir mais.

Fechando a minha fala, ao Governo que se instalou, desde o primeiro dia, vimos apontando soluções e pedindo condições de trabalho, só que este Governo se instalou só olhando para o retrovisor e falando mal do Governo passado, no entanto este Governo não fala na imprensa...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Oscarlino, peço ao senhor que conclua.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - O Governo não diz que, quando ele assumiu, ele tinha um passivo fiscal para poder executar e acertar as contas do Estado, trazendo novas divisas e novos recursos. Mas o Governo perdoou dívidas! Este Governo que está instalado, salvo engano, perdoou algumas dívidas, fez um novo REFIS este ano e tenta recuperar alguma coisa que dá para colocar no cofre do Estado, algumas, porém, prescreveram, porque se passaram cinco anos. Dívidas prescrevem em cinco anos. O governo perdeu um *gap* de dois anos de executar e de trazer divisas para poder executar as políticas públicas.

Hoje têm duas mensagens na Casa, as Mensagens nºs 56 e 57, porque o próprio Secretário de Fazenda já disse que a Lei do REFIS é inconstitucional! Está gravado, está gravado! O Secretário falou que precisa dessas duas mensagens, a 56 e a 57, para tornar a Lei do REFIS constitucional, porque jamais ele poderia ter sancionado a lei de REFIS antes de alterar as leis orçamentárias, a LDO, a Lei nº 10.311 e a Lei nº 10.354, que são as leis orçamentárias vigentes! Ele fez o contrário: fez a lei primeiro, concedeu incentivo fiscal e renúncia fiscal, e só agora tem mensagem na Casa para alterar as leis orçamentárias vigentes.

O que queremos são condições dignas, o que queremos não é apenas salário, queremos justiça! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Oscarlino.

Antes de passar a palavra ao Secretário, quero responder alguns questionamentos feitos pelo Oscarlino com determinada razão.

Realmente, a Mesa Diretora passada da Assembleia Legislativa informava à população as datas das Audiências Públicas através, principalmente, da televisão.

Mas juro para você, Oscarlino, que, apesar dessa falha da Casa, a qual assumimos, não havia a participação tão efetiva do Ministério Público. Este nunca compareceu. Agora está comparecendo. Assim como os próprios sindicalistas, através do fórum, não tinham participação tão efetiva como têm agora. Vocês estão muito mais participativos, aguerridos, estão muito mais por dentro das finanças do Estado, mesmo com o equívoco da Assembleia Legislativa em não dar a devida publicidade a estas duas audiências públicas.

Coloco à disposição a nossa Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, através da nossa Superintendência, para que o senhor possa trabalhar junto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

dela alguns subsídios a mais para que possamos destrinchar mais esta apresentação feita sobre a LDO e sobre a LOA, para que possamos cobrar o próprio Governo no sentido de trazer aquilo que interessa, de fato, à sociedade, através destas sugestões que vocês possam estar apresentando.

Então, a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Redação estão abertas para receber sugestões para cobrarmos o Governo, através da Secretaria de Planejamento, do Secretário Gustavo de Oliveira, que, quando vier para apresentar as propostas, que traga estas informações que são levantadas através da sociedade via fórum sindical.

Passo a palavra ao Secretário Gustavo de Oliveira, para que ele possa fazer seus questionamentos, baseado na fala do Oscarlino de Arruda.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Bom, se entendi, a única questão, realmente, que pode ter surgido é quanto ao limite.

Sim, é verdade: o art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal versa que o limite global é de 60%. É um fato! Mas o art. 20, inciso II, se não estou com a cópia desatualizada, versa, claramente, que há limites para cada um dos Poderes na esfera estadual, e a alínea “c” diz, claramente, 49% para o Executivo, o que não nos impede de questionar se isso é uma interpretação mais restritiva.

Mas, de tudo o que entendemos até agora, conforme o que diz o inciso II, quanto aos limites, o limite global são 60%, mas ele é de 3% ao Legislativo, incluso o Tribunal de Contas; de 6% para o Judiciário; de 49% para o Executivo; e de 2% para o Ministério Público.

De novo: estamos abertos a sugestões! Se queremos debater a tese de que os 60% são globais e, se o conjunto dos Poderes está em 9%, estes 2% restantes podem se converter em margem para o Executivo, vale a discussão! Eu nunca vi essa tese ser acolhida, mas podemos tentar prosperar isto emergencialmente, pelo menos, durante este período de crise, argumentando que, embora o Executivo não esteja em 49%, há uma contribuição dos Poderes. Podemos tentar levar essa tese adiante. Se ela vai ser acolhida ou não é outra discussão. Então está anotado, Oscarlino! Nós anotamos aqui.

Sobre o seu comentário, sim, é verdade a margem para investimento é pequena. Quando você diz assim “não comprou cadeira”, eu leio “não investiu”, realmente, a margem para investimento é muito pequena dentro da peça orçamentária. E os investimentos que nós estamos conseguindo fazer são recursos carimbados para a infraestrutura...

Dr. Aristeu, do Tribunal de Justiça, eu sei que vocês estavam lá num momento complicado, em eleição... Esclarecendo porque foi uma outra crítica que o senhor fez. O Dr. Aristeu tinha se comprometido previamente conosco em estar aqui, mas hoje eles tiveram a eleição lá no Tribunal de Justiça, não é isso, Doutor? Plenamente justificado o seu atraso, de novo. O Presidente Oscarlino tinha dito isto na terça-feira, conforme lhe falei. O Dr. Aristeu tinha se comprometido em estar aqui conosco, Sr. Oscarlino, e ainda bem que chegou...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Quero aproveitar para convidá-lo para compor a mesa.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Os técnicos estão desde terça-feira, mas como não tinha autorização para fazer representação aqui na mesa, agradeço ao Afonso e à equipe, embora não tivessem representação na mesa, Sr. Oscarlino, o Tribunal estava

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

presente com sua equipe técnica. Eu poupei o Afonso de vir aqui, mas ele me chama a atenção quando eu escorrego, ele tem uma equipe mais robusta lá para o Legislativo.

Então, voltando ao ponto, podemos debater essa tese, agora se vai vingar ou não, eu não sei.

Dinheiro para investimento tem muito pouco, se a União não liberar recursos emergenciais, operação de crédito ou qualquer outra coisa que o valha, o conjunto dos Estados vai colapsar por falta de disponibilidade financeira. E muitos Estados já estão neste ponto.

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Vamos pegar alguns exemplos, a equipe da Sefaz está aqui, se quiser complementar Sr. Último, fique à vontade, mas vamos pegar alguns exemplos.

Desoneração de cesta básica atinge a toda a população, é uma desoneração importante, é uma renúncia fiscal prevista no Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária. Estou falando de arroz, feijão, tantos itens da cesta básica. Conforme o volume de vendas desses produtos cresce, a população do Estado cresce, isto tem que ir para dentro do orçamento.

Vamos pegar outro exemplo, determinada empresa se instala no Estado, e tem o incentivo fiscal. Se você pegar proporcionalmente, Goiás é muito mais agressivo do que Mato Grosso em incentivo fiscal, ele tem uma base tributária maior, porque lá tem, por exemplo, indústria automobilística, mas a tributação estadual sobre essa indústria automobilística é muito baixa, e ainda eles tiveram no modelo de incentivo deles, que é um pouco diferente do nosso... Mas, basicamente, é como se o Estado de Goiás assinasse o cheque e desse para a indústria automobilística estar lá instalada... Fez isso com os fármacos, a indústria farmacêutica e diversos outros. Se olhar os números de Goiás, você vai ver que o que acomoda lá de renúncia fiscal é muito maior, qual é o entendimento? Oito bilhões de reais em Goiás de renúncia fiscal para um orçamento de quantos, você sabe, Ormond? Estava abaixo de trinta, a última vez que olhei, você vê que, proporcionalmente, eles são muito mais agressivos...

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Ele podia falar de outros, o Olívio Dutra que é do PT, por exemplo, falou assim: “Não quero a Ford aqui, pode ir embora, não faz diferença, pode ir embora do Rio Grande do Sul”. Se você for para Camaçari, hoje, que recebeu o investimento e for para o Rio Grande do Sul onde deveria estar a planta, nitidamente, você vê a diferença. Se formos a Catalão, em Goiás, a Mitsubishi - eu disse aqui - está trabalhando meio turno, três dias por semana, e você vê que Catalão não teria duzentos mil habitantes em lugar nenhum do planeta, não tem viabilidade para indústria automobilística lá.

Zona Franca de Manaus é o maior exemplo de incentivo e benefício fiscal que tem no país. Estão produzindo televisão e eletrônico no meio da floresta amazônica, sem logística, sem mão de obra, inicialmente, qualificada e foi feito, é um bom exemplo. A única coisa que penso - e de novo como cidadão, não é uma posição de governo - é que não dá para desonerar todo mundo, alguém tem que pagar imposto, então, tem que escolher segmentos. Esse segmento durante um tempo tem que receber benefícios, tem que ter uma regra de saída, você não pode dar para incentivos para todo mundo e para sempre, você quebra o Estado, então, você tem que calibrar, escolher setores prioritários e fazer, é o trabalho que o Investe vem suprir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Então, a resposta é: por que mais renúncia? Eu diria a vocês que se tivesse um jeito de fazer arrecadação sem renúncia, se o Estado fosse competitivo, se tivesse infraestrutura, energia barata, se nós atraíssemos investimentos sem ter que fazer isso, não teria guerra fiscal no País.

Os incentivos são combatidos, se você olhar, quem combate os incentivos fiscais no País? Os Estados que já estão desenvolvidos. Se você olhar na guerra do Confaz, nas reuniões do Confaz, os Estados que já têm industrialização não querem os que não tem façam renúncia fiscal, porque eles sabem que essa é uma política efetiva de atração de investimento. De novo, vamos olhar para Goiás, um pouco para Mato Grosso, para grandes plantas que vieram para cá, e olhar para Estados que não adotam esses mecanismos e os senhores verão que o desenvolvimento é menor.

Bom, tecnicamente o conceito de renúncia fiscal ainda é mais amplo. Eu queria passar ao Último, que pode esclarecer um pouco mais, mas nós temos que acomodar tudo isso dentro do conceito de renúncia. Se a sociedade quer ou não essa renúncia nós podemos discutir, não tem problema nenhum. Mas, tecnicamente, uma vez decidido que tais programas e tais convênios têm que acontecer, a missão da Seplan é, junto com a Secretaria de Fazenda, deixar explícita qual é essa renúncia.

Último, por favor?

(O SR. OSCARLINO ALVES DIALOGA COM O SECRETÁRIO - INAUDÍVEL)

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Deputado, só fazendo um complemento em relação ao que o Secretário falou, vou me ater a falar, digamos, sobre a renúncia fiscal. Tanto a renúncia, tanto o incentivo, como o benefício é independente da nomenclatura dada ou não.

O Sr. Oscarlino, na reunião passada, levantou quanto aos valores. Você levantou que os valores de 2016 começou com um bilhão. Na verdade, um bilhão estava previsto na LDO, quando a LOA foi apresentada - porque ela tem um prazo maior - ela já foi ajustada em algo em torno de um bilhão e duzentos e pouco, quase um e trezentos. O que aconteceu? Nesse valor que o senhor me disse de um e setecentos, tivemos que fazer um ajuste, agora no final do ano. Esse valor de acréscimo aconteceu em relação ao REFIS, exatamente. O REFIS, até no ano passado, nós tínhamos um entendimento - e era comum na maioria dos Estados - que esse Programa de recuperação de Crédito Fiscal não seria contemplado, não teria a necessidade de fazer cálculo de renúncia e impacto, porque é entendido que seria como um incremento na receita.

Só esclarecendo o porquê do REFIS, numa parte também... O REFIS que fizemos esse ano, principalmente, para atender a questão do Funed - Fundo Único Municipal de Educação, vocês sabem que foi declarado inconstitucional, porque no Governo passado foi dado um benefício que reduziu o imposto. Então, foi declarado inconstitucional e tivemos que recompor esses débitos. Deu uma monta muito grande e para calibrar esse problema entramos com o REFIS para esses contribuintes que quitaram aquele débito com o benefício do imposto e foi declarado inconstitucional. Entramos com o REFIS dando esse perdão dos juros e da multa. O imposto não tem perdão e tampouco a atualização monetária. Então, ele paga o imposto atualizado monetariamente e o Estado abre mão dos juros e da multa.

Então, tínhamos o entendimento de que esses juros e multa não seriam uma renúncia para reduzir a Receita. Entendíamos que esse programa seria para recuperação de crédito. Entenderíamos como incremento na Receita como os 30.000.000,00 milhões que já recebemos, hoje,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

tão estimados e estamos esperando que, talvez, até o final do ano cheguemos a 50.000.000,00 milhões. Entendemos isso como incremento na arrecadação, realmente.

Para os senhores terem uma ideia esses programas do REFIS são constantemente feitos com o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ...

Só quero dar repassar um dado: o débito inscrito na dívida ativa, que é o que mais abrange esse tipo de programa, o índice de liquidez dele não chega a 1%. É 0,3%, 0,4%, no País inteiro. Não é uma ineficiência nossa, do Estado. É da própria legislação. Você constitui o crédito, a Procuradoria-Geral, a PGE, tem cinco anos para executar para ir para o Judiciário. Nesse ínterim aquele sonagador, muitas vezes, já desapareceu, tinha um “laranja”. Então, o índice de recuperação desse crédito é muito pequeno. Daí a necessidade! Aqueles bons que estão ali que sabem que isso pode ser postergado quando é feito esse tipo de programa comparece para pagar.

Para os senhores verem eu estava descrente em relação ao programa. Quando fizemos o programa falei: um momento de crise como esse, o empresariado estava todo apertado, o cara deve IPVA - para terem uma ideia há débitos enormes de IPVA -, mas para a surpresa tivemos 30.000.000 milhões de adesões nesse programa.

Então, é um benefício dado, sim. Não está sendo perdoado o tributo. Está simplesmente tirando os juros e a multa para dar uma facilitada que entendemos como um incremento na Receita.

Quanto àqueles valores este ano quando fizemos a Lei e viemos para esta Casa debatê-la, chegou-se ao entendimento de que seria necessário o reconhecimento desse impacto e colocado na LOA. Então, foi feita essa alteração este ano para contemplar o REFIS deste ano que elevou esse valor da renúncia para R\$1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais).

Os R\$2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) para este ano que estamos prevendo de incremento mesmo praticamente é pouca coisa. Praticamente, R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais) desse incentivo é do PRODEIC. Ele já vem de longos anos. O Estado está fazendo ajustes nele e é a grande massa dessa renúncia.

E, também, tivemos que incluir nessa renúncia... Há alguns anos não eram incluídas as renúncias que já existiam há muitos anos. Eu vou dar um exemplo aos senhores da cesta básica. Dois exemplos de renúncia muito clara: a cesta básica, a renúncia para aquisição de veículo para deficiente. Esses programas já existem há dez, quinze anos. Então, foi entendido que devemos reconhecer essa renúncia a cada ano.

Dentro desse pacote temos para este ano R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) que contemplam toda essa gama de renúncia que já é prevista. Ela já acontece por via de convênios. São nacionais. Não são especificamente de Mato Grosso. Alguns por adesão, sim, mas avaliados na questão social para que sejam dados esses benefícios. Então, estamos reconhecendo.

Dentro desse pacote, também, temos uma sobra que nós chamamos de reserva, porque o CONFAZ... Os senhores sabem que é discutida toda a questão de renúncia política fazendária dentro do CONFAZ e eventualmente lá são criados e nascem alguns tipos de convênios que concedem benefícios fiscais e temos que aderir. Então, deixamos uma folga dentro do orçamento para que possamos trazer para a Assembleia Legislativa para que seja aprovado, porque,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

se não tiver previsão orçamentária, não podemos conceder o benefício. Então, dentro disso tem uma folga.

E daí, Deputado, esse incremento que aparentemente se diz: “Ah, estão aumentando a renúncia para R\$2.400.000.000,00(dois bilhões e quatrocentos milhões de reais). A grande maioria é de renúncias que já existiam e, agora, estão sendo contempladas dentro da peça orçamentária.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Deixe-me fazer um questionamento para o Secretário Último.

Obviamente, dentro desse cálculo o Programa novo de investimento, que é o Investe, conta com a mesma renúncia que já estava computada no PRODEIC. Não é isso, Último? O Programa novo não gera uma renúncia nova. Ele vai consumir a mesma margem. A ideia é essa pelo o que nós já discutimos, não é? Ele vai consumir essa margem do PRODEIC e não uma nova margem. Não é isso?

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Exatamente!

O Investe MT, na verdade, é a mudança do Programa. Ele está deixando de ser PRODEIC para ser esse Investe, criando um novo marco regulatório. Inclusive, estamos com a Consultoria da Fundação Getúlio Vargas nesse projeto. E com essa alteração que estamos fazendo estamos alinhando. Aqui entram alguns programas novos, mas ele é simplesmente uma troca de investimento. O Investe MT é uma migração do PRODEIC para esse novo formato que esperamos que em determinados segmentos haja até uma redução nisso, porque pretendemos abrir mais. Com a reforma tributária, talvez, tenhamos condições e conceder menos incentivo nesse formato.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Secretário.

Com a palavra o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu só quero fazer um questionamento ao Secretário Último.

Ele falou há alguns minutos que até o ano passado os gastos com pessoal... E os servidores terceirizados não faziam parte desse cálculo dos 49% do RCL. Por que a partir dessa LDO - e fica bem claro no Art. 46 - esses gastos com terceirizados passaram a ser inseridos dentro desse cálculo dos 49% do RCL?

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Até o ano passado.

A despesa com terceirizado é considerada custeio, porque são contratos com empresas. Então, ela é custeio. Ela não entra como despesa com pessoal.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Eu acho que ele está se referindo ao Art. 46 que diz: “terceirizado em substituição a servidor.”

Nos casos de substituição a servidor, Deputado, computa o limite. Eu não posso, por exemplo, pegar uma área onde já tenho um servidor trabalhando. Ele tira licença, se aposenta, mas eu não posso repor isso com a mão de obra terceirizada e isso não compor o limite. Como eu estou repondo um servidor que está lá isso conta no limite. Isso é um bloqueio para que não haja estratégia de você para burlar o limite da folha partir para a terceirização em áreas, como por exemplo, educação, onde temos licenciamento, temos licença de servidores para qualificação. Tudo isso você não pode repor com terceirizado, senão, vira uma grande estratégia para burlar o limite de 49%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - E burlar a forma de ingresso no serviço público.

Obrigado, Deputado Sebastião Rezende.

Vou passar a palavra ao Juiz Auxiliar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Dr. Aristeu Vilela.

O senhor estava doído para ouvir o Dr. Aristeu.

O SR. ARISTEU VILELA - Obrigado, Deputado Zé Domingos fraga, que preside a Mesa.

Gostaria de cumprimentar o Secretário Gustavo e, também, o Último, que representa o Secretário de Fazenda, Seneri Paludo, na pessoa de quem gostaria de mandar lembranças ao Governador Pedro Taques; também, o Promotor de Justiça, Dr. Arnaldo, aqui presente; Dr. Djalma, Defensor Público Geral, nossas considerações; a Sr^a Roberta, da Secretaria de Planejamento; o Sr. José Bussik e os demais que compõem a Secretaria de Estado de Planejamento; o Nasser, que aqui se encontra e faz parte do grupo; o Afonso e o Flávio que fazem parte também da equipe técnica que compõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Senhores e senhoras, sindicalistas, demais pessoas que participam desta Audiência Pública. Por sinal, é uma obrigação esta Audiência Pública e a participação da sociedade é muito importante.

Eu gostaria de me desculpar pelo atraso, é que hoje houve a eleição para a nova diretoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Mas, no entanto, os técnicos compareceram e fizemos um esforço para aqui chegarmos e pronunciar acerca do Poder Judiciário.

É importante que se diga que o Poder Judiciário não está inerte às questões do Estado, porque no contexto geral nós fazemos parte do tronco do Estado assim juntamente com...

Desculpa-me, Deputado Sebastião Rezende, cumprimento todos os Deputados na sua pessoa.

O Estado presente na LDO, juntamente com o Executivo e o Legislativo, discutindo as questões orçamentárias, assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, é importante que se diga que o Judiciário, como eu já falei, não se encontra inerte, porque temos as questões ligadas a essas situações.

É obvio que, como fazemos parte, discutimos as questões de orçamento. Isto para levar até a sociedade a prestação jurisdicional em todo Estado de Mato Grosso. De setenta e nove comarcas, temos duzentos e sessenta e um juízes que estão em atividade nessas comarcas.

É importante dizer que para o crescimento da judicialização vem discutindo desde o nascedouro disto.

Esta Audiência Pública é a segunda, mas estamos em reuniões, atrás de reuniões para definirmos o melhor para os Poderes. É importante que se diga isto, porque, às vezes, acabamos sendo omissos nesse aspecto. E também, é óbvio, o Poder Judiciário não vive apenas do seu esforço humano, precisamos de atividade.

Por exemplo, o Processo Judicial Eletrônico-PJE, que hoje está sendo implantado em quase todas as comarcas, é uma exigência do Conselho Nacional de Justiça que, até 2018, ele esteja em todas as unidades judiciárias. Isto requer uma atividade orçamentária, um planejamento que vem sendo feito ao longo dos seus dez anos, o Judiciário vem programando as suas construções.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Por exemplo, temos que entregar agora, recente, obras de construção de Canarana, Jaciara, Arenápolis, reforma do Fórum da Capital, enfim, temos várias comarcas que necessitam do apoio da sociedade, porque o dinheiro não é brinquedo, o dinheiro é da sociedade e devemos, sim, prestar contas, como prestamos no Portal da Transparência.

Nesse contexto, por exemplo, dos últimos dez anos, o Judiciário vem colaborando com o Executivo, principalmente, no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, onde nós nunca ultrapassamos esse limite. Por quê? Por conta de quê? De planejamento, tanto é que os técnicos da Coordenadoria de Planejamento estão aqui para essas situações.

Existem números, é claro que existem números, porque eles precisam ser colocados para essas construções, por exemplo, que temos que fazer o Judiciário crescer.

Como os senhores sabem, a judicialização no País é enorme. Então, nesse contexto precisamos também participar do orçamento para que possamos dar uma prestação melhor.

Recentemente, tivemos o concurso para 168 vagas, que estão sendo chamados. Os senhores veem a necessidade de quase mil e poucos funcionários e o Presidente acautelou-se e chamou 168. Por quê? Em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal que não podemos atingir o limite de 6%, que é o que determina a Constituição.

Sobre todo esse contexto é que chegamos às discussões orçamentárias que levou, inclusive, ao atendimento do Governo do Estado de Mato Grosso ao congelamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017. Mas, também, tivemos avanço na questão de 6% de manter no pessoal e só estamos na discussão do custeio do nosso dinheiro e também do desenvolvimento do Poder Judiciário.

Nós também tivemos a contratação recente de 14 novos Juízes e isto reflete uma despesa contínua que também leva em consideração para o Executivo. Nós necessitamos de Juízes. Juízes aposentam, comarcas são abertas, enfim, e precisamos suprir essa necessidade.

É importante que se diga que nesta gestão estamos suprimindo todas as comarcas do Estado de Mato Grosso, cada unidade com um Juiz. A partir de dezembro estaremos com essas atividades e as comarcas todas em andamento.

Não quero tomar muito o tempo, às vezes tem questionamento, desde já agradecemos o convite por parte da Assembleia Legislativa e se houver algum questionamento tiver estamos prontos para responder, porque se trata de uma Audiência Pública.

Agradeço ao Sr. Presidente, Deputado Zé Domingos Fraga! Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Dr. Aristeu.

Eu passo a palavra ao nosso Defensor Público-Geral, Dr. Djalma.

O SR. DJALMA SABO MENDES - Obrigado, Deputado.

Quero aqui saudá-lo na qualidade de Presidente desta Audiência Pública; Deputado Sebastião Rezende; Dr. Aristeu, representante do Tribunal de Justiça; Dr. Arnaldo, do Ministério Público; Secretário Gustavo Oliveira; Secretário Último; Secretária Roberta e todos os presentes nesta Audiência Pública.

Em complemento à fala do Dr. Aristeu e também respondendo ao Oscarlino, existe um entrelaçamento e nos precisamos esclarecer isto e você foi muito feliz que esta Audiência Pública precisa ser incentivada a participação da sociedade para que ela enxergue o que cada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

instituição faz e não fique aquela sombra e aquela dívida: como está sendo gasto o dinheiro; se ele está sendo bem aplicado ou mal aplicado. E este debate aqui é de fundamental importância.

Então, quero apenas colocar alguns aspectos da Defensoria Pública, porque ela como instituição que integra o sistema de justiça tem um vínculo muito próximo, uma ligação até umbilical com o Poder Judiciário e, falo aqui, até o próprio Ministério Público. Nós trabalhamos como um triângulo, uma pirâmide onde são três atores para que o sistema da justiça funcione.

O Dr. Aristeu estava exemplificando aqui que no Estado são 79 comarcas, hoje a Defensoria Pública está em apenas 65 delas, são 261 juízes e nós temos 171 Defensores, hoje eu exonerei um defensor porque assumiu a Defensoria Pública em Mato Grosso do Sul, então temos em déficit ainda em 14 Comarca sem Defensoria Pública e essa ausência da Defensoria Pública gera um custo inclusive para o Estado de Mato Grosso porque onde não tem Defensoria Pública a Justiça tem que funcionar, e para Justiça funcionar o juiz tem que impulsionar os processos e tem que nomear defensores chamados dativos, que são advogados, e os advogados recebem por processo, isso gera um custo muito alto para o Estado. Então, quando a Defensoria vem aqui defender incremento no orçamento de defensores é para que essa conta para o Estado seja reduzida. Vou dar exemplo, apenas no ano de 2014, de um levantamento que fizemos, o Secretário Gustavo já tem inclusive esses dados, a Secretaria de Estado de Fazenda também, a Comarca de Rio Branco próxima a Cáceres, comarca de um município pequeno, deve ter 15 mil habitantes, talvez nem isso, é uma comarca que só tem juiz e lá não tinha Defensor Público, então, no período de julho a dezembro de 2014, seis apenas, o juiz arbitrou, a títulos de honorário advocatícios 964 mil reais, ou seja, quase um milhão de reais gasto com advogados ao passo que um Defensor Público por ano para o Estado de Mato Grosso não chega a 300 mil reais, quer dizer, o que em Rio Branco se gastou em seis meses contratava três Defensores Públicos para o ano todo.

Então, temos uma atuação, como eu disse, muito atrelada ao judiciário e quando o CNJ impõem essas metas para o Judiciário a defensoria Pública e Ministério Público têm que acompanhar.

Vou dar um exemplo. Criou-se aqui em Cuiabá a Vara de Custódia, ou seja, todos os presos em flagrante delito têm que ser encaminhados à presença de um juiz. Não tínhamos Defensor Público para essa atuação, não era previsto. O Judiciário se vê obrigado e naturalmente, na esteira, tem que vir a Defensoria Pública e tem que vir o Ministério Público. Então, tivemos que nos desdobrar para por um Defensor Público, haja vista que 90% dos presos em flagrante acabam indo para Defensoria Pública.

Então, a justificativa do incremento desse financiamento que nós sempre defendemos é até para desonerar mais o Estado, ou seja, investir na Defensoria, investir no sistema de justiça é fazer com que essa conta diminua para o Governo do Estado.

Eu não vou entrar em outras questões, como, por exemplo, a que você falou da judicialização da saúde. Hoje são medidas que estão sendo adotadas para diminuir essa conta, inclusive vem sendo surtindo efeitos e hoje a judicialização também tem diminuído.

Então, em rápidas palavras apenas para explicar a vocês que são representantes sociedade quando as instituições, no meu caso a Defensoria Pública, defendem um orçamento maior são para, primeiro, logicamente para levar uma assistência para todo o Estado de Mato Grosso, como a Constituição determina, e também reduzir o custo para o próprio Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Então, eram essas as palavras que eu gostaria de colocar e expor a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado, Dr. Djalma.

Como esta Audiência Pública está sendo transmitida pela *TV Assembleia*, um munícipe, um mato-grossense, me mandou um whatsApp, dizendo o seguinte: “Estou assistindo pela TV Assembleia e a máquina pública está maior que as receitas”. Essa é a fala desse telespectador.

Dando continuidade, bem rapidinho, vamos ouvir o Geonir, servidor público e gostaria de fazer um questionamento com relação ao tema discutido aqui, LDO.

O SR. GEONIR SCHNORR – Boa tarde a todos!

Cumprimento a mesa.

Vou tentar ser o mais breve possível, vou fazer um comentário, um pedido de explicação e uma pergunta.

Primeiramente faço o comentário, com todo respeito ao Secretário de Planejamento.

Primeiro, me apresentando, sou um servidor, Analista Administrativo lotado na SEPLAN, hoje cedido para a Secretaria de Cultura.

A questão dos 49% do limite, realmente eu acho que não tem como se discutir, porém, não podemos fazer igual alguns religiosos que, para justificar algumas idéias, lêem alguns versículos da bíblia e se esquecem de ler o capítulo inteiro.

A lei é bem clara quando diz que é ressaltada a revisão geral anual. Então, é uma ressalva e é uma obrigação o Estado pagar a RGA.

Vou fazer uma pergunta em relação à receita intraorçamentária.

Eu acho que seria necessária uma explicação do que é a receita intraorçamentária e por que ela não é aberta.

Nós temos a receita corrente, ela é aberta, a receita de capital também, e a intraorçamentária não, ela é fechada, num valor inclusive que hoje é de dois bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões e ela não tem abertura.

Do Secretário de Tesouro eu gostaria de uma explicação de em qual conta contábil será registrado o passivo da RGA, porque a RGA é uma obrigação e terá que ser paga em algum momento. Em qual conta contábil será registrado isso? Porque nós não tivemos o pagamento da RGA em 2016, o Governo não quer pagar em 2017 também, e quando eu falo que não quer pagar é uma escolha do Governador, isso já está bem claro, tem vídeo dele dizendo que é uma escolha pessoal dele não pagar RGA, mas em qual conta contábil isso será registrado para podermos fazer alguns estudos posteriormente?

Obrigado!

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Em respeito ao Geonir, que é mais especialista do que eu em orçamento, vou solicitar sua volta à SEPLAN, eu gostei da sua argumentação, o Leandro vai perder você lá, Geonir, eu vou puxar você de volta para a SEPLAN.

Vamos suspender essa sessão... Quando acaba essa sessão? (RISOS)

Secretária-Adjunta Roberta, você poderia responder a questão das transferências para as empresas e tudo isso, e aí o Secretário Último fala do Tesouro.

A SR^a ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA - Em relação às Receitas Intraorçamentárias, são receitas que saem de uma Secretaria e vão para outras.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Por exemplo, IOMAT, a SEPLAN paga a IOMAT; a SEFAZ paga suas publicações; a receita do CEPROMAT vem do trabalho que ele presta para outras Secretarias.

A previdência, não é Ricardo, também a Receita... A receita patronal também entra. Então, são receitas que só movimentam, elas saem de uma Secretaria e vão para outra, por isso elas não aumentam o valor da...

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Por que ela não é aberta?

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Simples, podemos fazer...

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ROBERTA MARIA AMARAL DE CASTRO PINTO PENNA – Deu para escutar?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Na LOA está detalhada. Acho que poderíamos socializar, se me permite, Deputado, socializar a LOA onde esses dados estão mais abertos, estão mais aprimorados e estamos à disposição para questionamentos.

Passo a palavra ao Secretário Último.

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA – Quero, primeiro, entender melhor sua pergunta.

Talvez eu tenha até uma dificuldade em responder sua pergunta, porque a minha origem não é do Tesouro, sou da Receita.

O nosso pessoal do Tesouro não está aqui, nós somos do financeiro e não do Tesouro.

Mas queria entender sua pergunta, você disse: “Onde vou contabilizar a RGA que não vou pagar?”. Foi isso?

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. ÚLTIMO ALMEIDA DE OLIVEIRA – Você está dizendo que não colocamos no Orçamento.

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Vamos entender: tem uma lei aprovada aqui na Assembleia Legislativa sobre a RGA do ano passado.

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Então, a sua pergunta é se tem alguma conta contábil onde temos uma reserva para prover esse diferença da lei que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa, que em tese seria o reajuste, que é a reposição inflacionária cheia. Certo.

O SR. GEONIR SCHNORR – A URV, por exemplo, passivo que é causa ganha praticamente, vai ter que ser paga.

A RGA é uma dívida, ela tem que ser paga, ela terá que ser paga em algum momento, em algum ano futuro, por algum governo terá que ser paga, em algum momento vai ter que se pagar. Onde vai ser contabilizado isso? Em que conta contábil que isso vai ser colocado?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Obviamente nós podemos discutir isso com a contabilidade, não tem problema nenhum, mas o entendimento primário é que tendo uma lei aprovada aqui, essa é a obrigação que o Executivo tem a princípio. Eu sei que essa discussão está sendo feita lá no Supremo, de como fica essa diferença, aguardamos o julgamento do mérito para que possamos fazer, mas... Vamos dizer de uma maneira muito clara, Geonir, não que o Executivo não queira, nós não temos espaço para aumentar a despesa, você veja o sacrifício que está sendo feito para cobrir despesas essenciais em áreas como saúde e tantas outras tão importantes, eu penso que essa é uma discussão justa.

Em algum momento, do mesmo jeito que houve ganho real para diversas categorias no passado, acima da inflação, agora é o momento, por questões econômicas, há sem dúvida uma perda em relação à RGA. Esses são os ciclos econômicos, isso existe desde que o mundo é mundo e que a economia estabeleceu como uma ciência. Nós temos período de expansão de ganhos reais e períodos nos quais, por questões pontuais, há perdas reais. Isso é na formação de preço na economia privada, é nos salários e em tantos outros, às vezes uma distorção cambial que causa isso na própria economia. Embora não haja previsão contábil, eu digo que sim, concordo com o senhor pontualmente, há uma perda em relação à inflação como há houve, em períodos anteriores, ganhos reais acima da inflação. Essa é uma discussão que nós temos que fazer. Se o Governo não tivesse disponibilidade como os Poderes tiveram, temos que registrar isso, temos que discutir isso como os Poderes tiveram de reposição integral da inflação, o Executivo não poderia fugir disso. Se nós estivéssemos abaixo do limite, com disponibilidade de caixa e tudo isso, talvez não estivéssemos fazendo essa discussão. Essa discussão se impõe por conta disso.

Então, embora não haja previsão contábil isso é uma discussão que está sendo feita no Supremo, sim, é uma realidade da economia. Há períodos de ganho real e de perda em relação à inflação. Isso é um fato econômico, e nós precisamos discutir isso com a sociedade.

Queremos todos nós que a economia volte a recuperar, que a inflação caia, que nós possamos ter recuperação econômica com inflação baixa, que é o que a princípio resolve com ação no modelo que está aí. Se não resolver, temos que mudar o modelo, porque o Estado não aguenta... Parabéns, Deputado, pela modernidade respondendo pelo *WhatsApp*. É o que disse o colega aí. Se não já, já o Estado não cabe dentro do orçamento, o que vamos fazer? Vai parar toda a estrutura? Alguns Estados já chegaram nesse limite, Rio grande do Sul, Rio de Janeiro, longe de querer que isso aconteça conosco. Vamos buscar soluções antes que isso possa se impor como realidade.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR - Deputado, Vossa Excelência me permite?

Dr. Djalma, só quero explicar, Exmº Sr. que representa o Tribunal de Justiça, de forma alguma nós queremos desqualificar a importância dos Poderes na Constituição do Estado.

O que nós colocamos é a questão do desequilíbrio no momento de crise que agora falamos, inclusive a pergunta do Geonir foi meio provocativa, Secretário Gustavo.

Se nós temos uma válvula como a receita intraorçamentária sobrando 1 bilhão de reais nos cofres dos Poderes, no caixa dos Poderes, e a velocidade de execução dessas obras de custeio, de expansão não acompanha a mesma velocidade, até porque nós temos uma programação orçamentária de 2 bilhões e a cada quadrimestre sobre financeiro 1 bilhão no caixa dos Poderes, enquanto o Governo fala de déficit de 1 bilhão para fechar as contas. E estamos vendo as pessoas,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

que são os contribuintes, a sociedade mato-grossense, morrendo nas filas dos hospitais. Secretário de Estado, eu gostaria de saber se é possível, por exemplo, neste momento de crise, os Poderes, devolverem esse dinheiro e entrar como receita intraorçamentária para nós acabarmos com aquela vergonha dos hospitais regionais de saúde que têm gente...

Se Vossas Excelências forem agora lá, tem um monte de gente na fila dos corredores morrendo, no Pronto-socorro Municipal de Cuiabá, porque tem o outro que vai inaugurar no ano que vem, mas está morrendo e precisa de socorro, sem dinheiro não dá para fazer saúde. Eu gostaria de saber se é possível. Se os Poderes constituídos do Estado sentassem de uma forma bastante heróica devolvessem o dinheiro para o caixa do Governo se é possível entrar como receita intraorçamentária?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Na verdade, seria algo como a redução do repasse. Eu acho que é um fato público, neste ano deixamos de repassar aos Poderes algo em torno de 290 milhões de reais, temos um Termo de Ajustamento e Conduta - TAC assinado para que metade disso seja posto agora em novembro, provavelmente, já com a chegada do FEX. Tomara que isso aconteça e resto em seis parcelas no ano que vem.

Eu digo que isso já aconteceu neste ano, realmente, eu não sei te falar sobre a disponibilidade de caixa de cada um, quais são os compromissos já assumidos por cada um com isso. Eu acho que aqui ficou claro, por exemplo, o Tribunal de Justiça está expandindo a sua atuação porque a população precisa disso. Isso, naturalmente, gera uma pressão, por exemplo, sobre a Defensoria que precisa estar lá, o Ministério Público que precisa estar lá junto, eu acho que esse conjunto de evolução é da sociedade.

Eu não me sinto à vontade para responder a sua pergunta, Oscarlino. Então, embora isso já tenha sido feito, eu não queria entrar por aí, respeito a independência entre os Poderes, entendo que você legitimamente tem que fazer isso na Audiência Pública, mas eu queria pedir licença para você, para não responder a sua pergunta em respeito a independência dos Poderes.

Alertava-me aqui o Deputado Zé Domingos Fraga, como profundo conhecedor das leis do Estado que, realmente, pelo que leio da Lei nº 8.278/2004, que é que estabelece a RGA, no art. 4º diz, que “o índice vai ser fixado ou alterado mediante lei específica”. E ao que parece isso foi feito ano passado com a tramitação da lei específica que tratou do reajuste de 2016.

De novo, compreendo, é um período que, por condições pontuais, houve uma perda real em relação à inflação; como já houve ganho real em outros períodos; e como em um próximo ciclo pode voltar a haver ganho real se acertarmos uma forma de aumentar a receita do Estado, acomodar o limite, isso é possível, tem outras carreiras pedindo reajuste real. Isso é da economia, nós temos que arranjar uma solução, não adianta ficar aqui chorando.

Teve perda com a RGA, podemos no futuro voltar a crescer e ter ganho real, são movimentos econômicos que temos que acomodar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Obrigado.

Quero registrar a presença do cidadão símbolo da Assembleia Legislativa, o Jurubeba! Este é o nosso símbolo.

Doutor, o senhor gostaria de falar? Passo a palavra ao representante do Ministério Público, Dr. Arnaldo, para que ele possa também fazer a sua intervenção sua intervenção.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Logo em seguida passo para a nossa Célia Cristina de Campos, representante do Hospital Regional de Cáceres.

O SR. ARNALDO JUSTINO DA SILVA – Deputado Zé Domingos Fraga, representante desta audiência pública, em nome do qual cumprimento a todos os demais componentes desta mesa, Srs. e Sr^{as} sindicalistas.

A questão por que passa no Estado de Mato Grosso é muito complexa, não é simples de resolver. Este ano, estamos no mês de outubro, desde o mês de julho, todos nós estamos correndo um sério risco de não receber salário. No Ministério Público, o povo está de cabelo em pé. Ano passado disse, na Audiência do dia 18, que o servidor público só recebeu o salário e o 13º porque houve um incremento de 400 milhões de reais na receita, mais ou menos, em razão de uma ação do Ministério Público.

Este ano, o Ministério Público conseguiu recuperar vários – combatendo a sonegação, a corrupção – outros milhões, que não foram suficientes. A preocupação nossa é a seguinte, não sei se é público, parece-me público e notória até: o Estado de Mato Grosso tem uma previsão de passar o ano, a virada do ano, em dezembro – estão aqui os técnicos do Governo, se quiserem corrigir-me –, mas pelo que entendi até agora e estou acompanhando isto, está correndo o risco de virar o ano com uma dívida de, mais ou menos, 900 milhões, quase um bilhão de reais.

O Governo chamou os Poderes, falou o seguinte: “Colocarei na conta de vocês 300 milhões, 300 milhões tentarei receber do FEX e mais 300 milhões tentarei conseguir arrecadando impostos, para incrementar”. É isto que o Governo está pensando em fazer para conseguir honrar o pagamento dos salários.

Estamos preocupados se receberemos ou não o nosso salário, e os senhores estão preocupados se terá aumento, correto, tem que estar preocupado também, mas a preocupação mais imediata hoje que temos – desculpa, até fugi um pouquinho, Deputado Zé Domingos Fraga – é esta. Temos que perguntar para o Governo também como é que fará... E o Governo está esperançoso, também estamos esperançosos de que receberemos o nosso salário em dezembro.

Não é só o Executivo, o Ministério Público e o Judiciário também, porque pode ser que não haja repasse, pode ser que não haja dinheiro para pagar. Já pedi para administração superior do Ministério Público dar uma travada em custeio também, em construção e tal, porque o mais importante é pagar o salário do servidor.

Esta é uma preocupação nossa, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo, de todo mundo, Sr Oscarlino, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde. Estamos direto acompanhando o caixa do Governo para verificar e toda hora nós vemos com esperança, de repente agora, tomara que venha o FEX, porque já reduziria aqueles 300 milhões. Se eu estiver errado, aqui estão os técnicos do Governo para me corrigir.

Em relação ao RGA, eu nem gostaria de tocar nesse assunto aqui, porque eu gostaria que os técnicos do Governo resolvessem com os senhores. Mas todos sabem que existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e há outra no Tribunal de Justiça. Então quem dirá a última palavra é o Supremo Tribunal Federal, está lá constitucionalizado, está judicializada a questão. Então, Sr. Edmundo, Presidente de qual sindicato? Presidente da área meio, se o senhor estiver correto o sindicato terá ganho de causa no Supremo Tribunal Federal, mas se o Governo estiver correto vocês não terão ganho de causa. É uma questão que o Supremo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

decidirá, é uma questão constitucionalizada, mesmo porque o Governo Estadual não pode peitar a questão e desrespeitar uma coisa que todos estão entendendo daquele jeito e se sujeitar a ser processado por improbidade administrativa, sujeito até a responsabilidade pessoal, digo isso com conhecimento de causa.

Em relação ao Ministério Público, para os senhores terem uma ideia este ano, em relação ao concurso passado, houve 07 promotores que deixaram o Estado, preferiram outro Estado, por causa da lei da oferta e da procura e por melhores condições de trabalho.

Eu me recordo que na Audiência passada comentei de um Termo de Ajustamento de Conduta que fiz quando trabalhava, em Barra do Garças, na Promotoria. Nós fizemos um acordo com o Governado Estadual, com o Governador Blairo Maggi, mais 07 prefeitos. Naquela época, nós colocamos uma exigência para que tivesse médico radiologista no Município. Foram abertos uns 05 ou 06 editais convocando quem estivesse interessado, o salário era 25 mil reais, isso há mais ou menos 12 anos. E ninguém quis, não houve médico para assumir lá e o Município teve que fazer acordo, contratar, pagar por serviço, e a pessoa que estava lá não aceitava trabalhar tempo “x”, ele falava não, faço no meu... Então, é uma coisa complicada para resolver.

Bom, são só essas informações, complementando aquelas que dei na Audiência passada. Então, quero encerrar aqui a minha fala, Deputado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) – Muito obrigado Arnaldo.

Deixa eu aproveitar a deixa e passar uma orientação que o Nasser me passou, até porque esta Audiência está sendo transmitida pela *TV Assembleia*, falou-se bastante aqui sobre o superávit, excesso de caixa, no 2º quadrimestre em conjunto com todos os Poderes. E foi citado que naquela época a Assembleia Legislativa tinha 317 milhões de reais em caixa no 2º quadrimestre, sendo que o nosso orçamento total é de 429 milhões, e com isso nós assumimos FAP, URV, Previdência, que dá em média 80 milhões de reais.

Na verdade, naquela época no dia 30/08, nós tínhamos 47 milhões, isso foi revisto pela Secretaria de Estado de Fazenda. Então, aquela diferença de 270 milhões de reais não procede.

Com a palavra, Célia Cristina de Campos. A senhora pode assumir ali e fazer o seu discurso.

A SR^a CÉLIA CRISTINA DE CAMPOS – Boa tarde, gostaria cumprimentar a mesa, o Sr. Presidente, os meus colegas, os meus companheiros de luta, todos os presentes.

Meu nome é Célia Cristina de Campos, sou de Cáceres, sou servidora desde 2001, trabalho no Hospital Regional de Cáceres e atualmente componho a nova diretoria do SISMA - Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

Estou acompanhando, inclusive como representante local da minha cidade, essas Audiências desde o dia 19, acompanhei a do período da tarde, na qual nós tivemos a apresentação do quadrimestre da Secretaria de Estado de Saúde. Hoje fiz questão de vir para continuar entendendo e ver as apresentações que estão sendo feitas quanto a Lei de Diretrizes Orçamentária.

Por mais que eu não tenha conhecimento de causa das questões numéricas, mas eu não posso deixar de questionar, inclusive o representante do Ministério Público, sobre uma questão que nós temos batido duro desde quando o nosso Governo assumiu e o Governador esteve presente na minha cidade, e lá, inclusive fazendo uso da palavra como servidora, fiz questão de salientar para ele a questão das OSSs e a questão também do custo-benefício que traz uma organização social para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

a sociedade e para o Estado. E agora, assistindo a essa apresentação, vemos a quão debatida está sendo a questão do superávit, inclusive, com um cidadão enviando mensagem de celular ao nosso Presidente da mesa, dizendo que as contas não estão batendo.

Realmente, não tem como bater. Vai ser difícil bater, quando você tem uma máquina que está funcionando e que está gastando milhões de reais para gerenciar uma única unidade de saúde, enquanto que, quando o Governo gerenciava, ela não tinha tão alto custo.

Para exemplificar isso, vou colocar aqui bem claro para vocês o quão disparato está esse gasto do Governo para se manter uma OSS numa unidade de saúde: até 2011, quando a OSS não tinha adentrado ainda ao Hospital Regional de Cáceres, o Dr. Antônio Fontes, médico concursado - um exemplo claro que dou, porque a pasta médica da nossa unidade gasta praticamente um pouco mais da metade da folha da Organização Santa Catarina, que gerencia o Hospital Regional de Cáceres -, recebia, servidor de carreira, em média, de R\$25.000,00 a R\$30.000,00. Hoje o médico recebe por produção, ou seja, quanto mais produtividade ele tem na unidade, mais ele recebe. Então hoje o salário do profissional médico lá na unidade gira em torno de R\$150.000,00 a R\$200.000,00. Essa proporção eu acho absurda! Acredito que o nosso quadro de médicos lá é em torno de 20 a 25 médicos. Não tenho o número exato, mas estamos com uma folha de pagamento junto à organização social em torno de 2 milhões de reais para uma única unidade, sendo que antes não gastávamos isso!

Então aqui fica meu convite ao representante do Ministério Público: tem uma CPI que foi levantada, desde o ano passado, pelo Deputado Dr. Leonardo, que até agora não sei em que pé está nem a que conclusão chegou, mas uma das coisas que foi denunciada foi essa questão dos gastos.

Hoje nos perguntamos: o que fazer para tirar uma organização social de uma unidade de saúde, uma vez que o profissional médico que está lá montou uma estrutura, inclusive com CNPJ, para responder pela unidade, com essa situação que está hoje de gasto, com o quanto o Governo está gastando? Esse é um questionamento que eu trago para esta mesa, para o Ministério Público e para a nossa Assembleia Legislativa, para discutirmos, porque acredito que as OSSs não estão sendo tão eficientes quanto estão sendo caras para os cofres do Governo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado Célia!

Essa produção não é para curar gente, é para matar gente! (RISOS)

Mas, antes de o Secretário responder, como a senhora citou o Ministério Público, o Dr. Arnaldo está me cutucando aqui, passo a palavra ao Dr. Arnaldo Justino da Silva, que dispõe de três minutinhos.

O SR. ARNALDO JUSTINO DA SILVA - Ouvi atentamente a sua fala, Célia.

A senhora tem toda razão, tem alguma coisa desproporcional aí! E é aquilo que eu falei, Oscarlino, é questão de gestão. Entendeu? Isso demonstra que não está sendo bem gerido. Como se gasta R\$150.000,00 com salário médico em cima de produtividade? É uma coisa absurda! Ou se gasta até mais, como ela disse. Se for verdade isso, tem que resolver! É questão de gestão isso aí.

O Ministério Público, na fala... Quem tem atribuição para isso aqui em Cuiabá é o Dr. Alexandre Guedes, e ele é contrário a isso. Lá em Cáceres, parece-me que o representante que trabalha nessa área lá é o Douglas. E o Dr. Douglas também é uma pessoa muito aguerrida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

Vou conversar com ele sobre esse assunto para ele verificar essa situação e ver o que o Ministério Público pode fazer.

Pode ficar tranquila, Célia, e pode contar conosco.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Obrigado, Dr. Arnaldo.

Secretário Gustavo, concedo-lhe a palavra para encerrarmos. Estamos chegando ao fim. Sei que os senhores gostariam de ficar muito mais tempo, mas infelizmente precisamos acabar.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Sem conhecer especificamente os detalhes da OSS que está lá em Cáceres, acho que é Congregação Santa Catarina, o que a experiência no sistema de saúde demonstra?

A Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, por exemplo, tem um estudo muito bem feito sobre modelos de gestão de unidades hospitalares. O que contribui para o custo aumentar ou diminuir numa determinada unidade hospitalar? Claro, o tamanho dela, o porte dela; o perfil de atendimento, que tipos de procedimentos são feitos ali; e a produtividade, claro, se eu tenho uma equipe que produz pouco, ela custa mais por paciente, embora não custe mais para a unidade, é uma unidade ociosa que produz pouco.

E o estudo mostra - não sou eu quem está dizendo, é a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - que o modelo mais caro, em São Paulo, para um universo de quase 500 unidades, é o modelo de administração direta, com servidores próprios, seguido do modelo de OSS, que é um pouco melhor, e dos filantrópicos, que, pelo menos, lá na rede em São Paulo, têm um custo mais baixo.

Quais são as diferenças? Os filantrópicos têm uma imunidade tributária importante; o modelo de OSS tem mais flexibilidade para compras e tudo isso; e o modelo público, principalmente por causa das limitações de aquisições pela Lei Federal nº 8.666 e por causa das dificuldades de estabelecer métricas como remuneração variável e tantas outras coisas, é o modelo mais caro lá.

Eu digo ao senhor que não tenho paixão por modelo nenhum, tenho paixão por atender o cidadão que é usuário do SUS. O SUS foi concebido pensando no cidadão, mas o fato é que o modelo de saúde pública gratuita e universal está em colapso no mundo inteiro, é um modelo que é revestido de ótima intenção, Deputado, oferecer uma saúde pública de qualidade a todos, mas desconheço, salvo raras ilhas de exceção, regiões onde isso funcione a contento. Acho que nós temos que debater esse problema. O problema não me parece ser do servidor, o problema não me parece ser só de gestão, acho que esse é um debate amplo que esta Casa de Leis tem toda a propriedade para nas Comissões Permanentes debater. Não quero entrar muito nisso, não sou Secretário de Saúde, só estou aqui falando do ponto de vista de gestão.

Deputado, quero agradecer imensamente a oportunidade. Penso que são momentos como este que fazem um Poder Público ter relevância, a dinâmica de participação com a sociedade.

Estaremos de volta debatendo a LOA com esta Casa de Leis, estamos à disposição, a equipe técnica está à disposição para a análise técnica das emendas para que possamos fazer o melhor trabalho o mais rápido possível. E mais uma vez colocar à disposição não só a Secretaria de Estado de Planejamento, mas todas as Secretarias. Esta é uma determinação do Governador Pedro Taques: que possamos, sempre que possível, estar presentes prestando os esclarecimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

A equipe anotou as sugestões, as recomendações, vamos debater isso exaustivamente, chegar a um consenso e colocar logo para votação essa LDO, botar isso para andar, Deputado, porque o futuro de muitos mato-grossenses depende das nossas boas decisões aqui. Contamos com a parceria de Vossas Excelências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ DOMINGOS FRAGA) - Agora, quem vai falar sou eu, Edmundo. (RISOS)

Primeiramente, em nome do Edmundo César, da Diannyre Dias, do Oscarlino Alves, da Daiane Renne e dos demais Presidentes de Sindicatos, quero agradecer a todos. Porque, se não fossem vocês, este debate não teria a eficiência que teve.

Quero fazer um agradecimento todo especial ao meu amigo, Deputado Sebastião Rezende, que é Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; ao Dr. Arnaldo Justino, neste ato representando o Dr. Paulo Prado; ao Secretário Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, Secretário de Planejamento, que realmente contribuiu de forma significativa; ao Secretário Último de Almeida de Oliveira, neste ato representando o Secretário de Estado de Fazenda; à Dr.^a Roberta do Amaral de Castro Pena, Secretária-adjunta do Orçamento da SEPLAN; e ao Dr. Djalma, que vendeu o peixe muito bem. Nunca tinha falado em Audiência Pública, mas vendeu o peixe muito bem. Com certeza, vamos melhorar o seu orçamento, para que Vossa Excelência possa acompanhar o Ministério Público e o Poder Judiciário. Quero agradecer, por último, ao Dr. Aristeu; aos servidores das Secretarias de Estado de Planejamento, Fazenda, Saúde; e aos representantes dos servidores do Tribunal de Justiça.

Em nome das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, bem como em nome da Mesa Diretora, agradeço a todos os participantes.

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Nerissa Noujain Salomão Santos;
 - Rosilene Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REQUERIDA PELAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA-CFAEO, COM O OBJETIVO DE DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
250/2016, MENSAGEM Nº 39/2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017-LDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, ÀS 14H.

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.